

Marcelo Camargo - ABr



Para Tasso, Aécio é bom para o Brasil mas não é para o PSDB

Depois de votar a favor de Aécio, o senador Jereisati (PSDB-CE) declarou que é preciso afastá-lo da direção partidária. Em suma, não há problema em ter Aécio no Senado do Brasil. Lá, ele deve abrihantar a, como se dizia antigamente, "Câmara Alta" (Deus!). Agora, ter esse marginal como dirigente do PSDB, lá isso não. O Tasso é contra, porque é muito desagradável. **Página 3**

Rataria devolve mandato a Aécio tentando livrar Temer da prisão

I
REAL
BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

HORA DO POVO

ANO XXVIII - Nº 3.581 20 a 24 de Outubro de 2017

★ ★ ★ ★ ★

Voto aberto leva bancada do PT a rejeitar a orientação do partido para aliviar o tucano

A decisão do Senado, pela completa impunidade de Aécio Neves – flagrado quando acertava uma propina de R\$ 2 milhões com Joesley Batista, da JBS, com as entregas das parcelas filmadas pela PF – mostra apenas que em um tribunal composto por ladrões, os ladrões serão absolvidos. Há muito, o senso de moralidade da oligarquia política podre, que sufoca e contamina o país, é inexistente. O Senado tem 44 senadores sob investigação. Alguns, como o próprio Aécio, respondem a seis, sete, oito inquéritos. A votação, por 44 a 26 a favor de Aécio, encerra um veredicto tão definitivo quanto uma tumba, sobre esse Senado. Temer gastou R\$ 200 milhões em dinheiro público para livrar Aécio. Quer ele próprio se livrar no julgamento da Câmara. De trabalho escravo até arrumar uma múmia para relator na CCJ, passando por soltar Aécio no Senado, vale tudo. **Página 3**

Ciro defende a estatização do Banco Central

Para o ex-ministro e ex-governador, para baixar os juros a patamares razoáveis, não é preciso “de absolutamente nada a não ser assumirmos o controle e estatizarmos o Banco Central”. **Página 3**

Economia piora em agosto e em 12 meses índice cai para -1,08%

Atividade econômica medida pelo IBC-Br, do BC, mostra o declínio econômico

Alan Santos - PR



No campo, Temer se diverte com o ministro Maggi, que saudou a portaria facilitando o trabalho escravo

Temer retrocede 200 anos e protege escravagistas, diz o MP do Trabalho

“Com uma simples portaria, o governo está desconstruindo todo um conceito legal do que seria o trabalho

escravo. Voltamos à situação de dois séculos atrás, quando o trabalho escravo exigia restrição à liberdade de locomoção,

ou seja, tem que ter senzala, tronco, grillhões, chicote. Então esse é um absurdo jurídico, uma monstruosidade”,

afirmou o procurador-geral do Ministério Público do Trabalho (MPT), Luiz Eduardo Bojart, nesta quarta-feira. **Página 5**

“Os governistas, não só no Parlamento como no Executivo, vêm com essa cantilena de retomada do crescimento há pelo menos quatro meses. Os dados mostram que essa cantilena não tem fundamento na realidade. Os números de agosto, os últimos que saíram a público, mostram queda na atividade econômica. A produção industrial caiu 0,8%, os serviços caíram 1,0%, as vendas do comércio caíram 0,5% e o índice que antecipa o Produto Interno Bruto (PIB), que é o IBC-Br, teve queda de 0,38%”, afirmou o economista Nilson Araújo de Souza. Em 12 meses o índice caiu 1,08%. **Página 2**

Setor de serviços também cai em agosto, após comércio varejista e a indústria registrarem queda

O setor de serviços no Brasil registrou em agosto recuo de -1,0% frente a julho. Trata-se do pior resultado para o mês desde o início da série histórica, em 2012, diz o IBGE. No acumulado do ano, o recuo chega a -3,8% e, em 12 meses, a -4,5%. “Assim como a indústria e o varejo, o setor de serviços também fechou o mês de agosto no vermelho. E pior, pela segunda vez consecutiva. Com isso, o bimestre julho-agosto afastou mais um pouco o setor da tão esperada recuperação”. **Pág. 2**

BNDES corta em 20% desembolso para o investimento das empresas

O valor total de financiamentos feitos pelo BNDES de janeiro a setembro deste ano foi de R\$ 50 bilhões. Em relação ao mesmo período de 2016, os desembolsos tiveram uma acentuada queda de 20%, enquanto que a queda nos últimos 12 meses foi de 27%. A indústria sofreu violentas variações negativas, tanto no acumulado do ano, quanto nas dos 12 últimos meses, respectivamente 49% e 37%. **Pág. 2**

Ministério Público pede que Cabral e Nuzman paguem R\$ 1 bilhão para reparar corrupção nas Olimpíadas

O MPF-RJ denunciou o ex-presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Nuzman, e o ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, por corrupção e compra de votos para a escolha do Rio de Janeiro como cidade sede dos Jogos Olímpicos de 2016. O MPF pede reparação por danos materiais no valor de R\$ 6,34 milhões e de danos morais no valor de R\$ 1 bi. **P. 4**



Ildo Sauer: “a USP não pode deixar de apresentar alternativas para a crise”

O professor Ildo Sauer, candidato a Reitor da Universidade de São Paulo, vem se destacando na campanha dentro da USP por creditar a crise financeira vivida pela universidade, não apenas à inabilidade administrativa dos atuais dirigentes da instituição, mas também à grave crise econômica, política e moral que se instalou no país. Para ele, a USP “não pode deixar de se posicionar sobre tudo o que está ocorrendo num momento tão grave como este da vida nacional”.

Para o docente, os cortes de verbas e a queda na atividade econômica no país e, particularmente em São Paulo, centro econômico brasileiro, estão estrangulando as finanças das universidades paulistas, que têm os seus orçamentos vinculados ao recolhimento de ICMS. “A USP sempre teve um protagonismo no país e até na América Latina e não pode se eximir de apresentar alternativas à atual política econômica que está afundando o país”, argumentou o professor. “Temos que recuperar o prestígio e o protagonismo de nossa universidade, que foram abalados nos últimos anos”, acrescentou.

Ildo Sauer é uma das maiores autoridades em energia do país e foi diretor de Gás e Energia da Petrobrás entre 2003 e 2007. Ele foi um dos primeiros a denunciar os desmandos da então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, cometidos na estatal petrolífera. Ildo Sauer, que desfez contratos com termoeletricitários lesivos à Petrobrás, assinados na administração de FHC, teve que bater de frente também com Dilma quando os ilícitos envolvendo o aventureiro multimilionário Eike Batista e o cartel das empreiteiras começaram a aparecer. Ele acabou sendo afastado do cargo por não transigir com os malfeitos. Agora ele quer colocar toda a sua experiência administrativa e na superação de conflitos para dirigir a maior universidade brasileira e uma das maiores da América Latina.

OAB cobra do Senado posição “sobre os fatos que Aécio se envolveu”

A Ordem dos Advogados do Brasil cobrou do Senado uma resposta para as acusações que pesam contra Aécio Neves (PSDB/MG), denunciado pela Procuradoria Geral da República pelos crimes de obstrução de Justiça e organização criminosa. Segundo a PGR, o tucano pediu e recebeu R\$ 2 milhões da JBS como propina.

O presidente do Conselho Federal da OAB, Claudio Lamachia, disse em nota que o fato do Senado ter “decidido sobre a validade das restrições que o Supremo Tribunal Federal impôs a Aécio Neves não impede a realização da outra discussão importantíssima sobre o caso, que é aquela sobre os fatos em que o senador

se envolveu”.

“A sociedade espera uma resposta do Senado a respeito das acusações imputadas ao senador Aécio”, diz o texto. Na terça-feira (17), por 44 votos a 26, o plenário da Casa livrou o senador de medidas cautelares impostas pelo Supremo, que afastaram o tucano de suas funções parlamentares e o proibiram de sair de casa à noite.

“Neste momento de crise, a classe política precisa agir com transparência e abrir mão do corporativismo”, recomendou a OAB, lembrando que, do contrário, “a superação deste momento difícil fica ainda mais distante e o abismo entre o povo e seus representantes só aumenta”.

IBC-Br cai 1,08% em 12 meses e desmonta farsa da ‘recuperação’



Em agosto, multidão fez fila por 200 vagas de emprego. Piracicaba (SP)

Setor de Serviços recua em agosto e acumula queda de 3,8% no ano

Quedas sucessivas e em todas as bases de comparação são o retrato do setor de Serviços no Brasil, que registrou em agosto recuo de -1,0% no volume de prestação frente a julho, segundo pesquisa divulgada na terça-feira (17) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Trata-se do pior resultado para o mês desde o início da série histórica, em 2012.

Negando a crise e atribuindo à sua política econômica entreguista uma suposta “recuperação” da economia, o governo se adiantou a propagandear que a queda foi “pontual”.

Contudo, além de ter sido bastante significativa (-1,0% de queda em ape-

nas um mês), a retração do setor é uma prova da crise também na comparação anual, cuja queda foi de -2,4% em relação a agosto de 2016.

No acumulado do ano, o recuo chega a -3,8% e, em 12 meses, -4,5%.

Como registrou o Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Social, “assim como a indústria e o varejo, o setor de serviços também fechou o mês de agosto no vermelho. E pior, pela segunda vez consecutiva. Com isso, o bimestre julho-agosto afastou mais um pouco o setor da tão esperada recuperação”.

Por consequência do desemprego e do arrocho aos trabalhadores, foram os Serviços prestados às

famílias que derrubaram o setor em agosto sobre julho: -4,8%. Esse segmento agrega, entre outros, a prestação de Serviços de alimentação e alojamento.

Comprovando a tendência e invalidando a tese do “pontual”, o segmento também caiu ante agosto de 2016 (-4,4%) e no acumulado do ano (-1,9%).

Em ambas as comparações, quatro dos cinco segmentos que compõem o setor de Serviços recuaram, com destaque para os Serviços técnico-profissionais (-13,7% sobre agosto do ano passado e -15,4 no acumulado) e Serviços profissionais e administrativos (-7,8 e -5,9%, respectivamente).

PRISCILA CASALE

Com “ajuste”, financiamentos do BNDES recuaram 20% de janeiro a setembro

O valor total de financiamentos feitos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) de janeiro a setembro deste ano foi de R\$ 50 bilhões. Em relação ao mesmo período de 2016 os desembolsos tiveram uma acentuada queda de 20%, enquanto que a queda nos últimos 12 meses foi de 27%.

A indústria sofreu violentas variações negativas, tanto no acumulado do ano, quanto nas dos 12 últimos meses, respectivamente 49% e 37%. Os dados constam do Boletim de Desempenho divulgado pelo banco, com dados até 30 de setembro.

A ação de Meirelles,

ex-presidente do Conselho de Administração da holding J&F, hoje como ministro da Fazenda, contra o BNDES, sufocando seus recursos ao exigir amortizações antecipadas ao Tesouro Nacional de mais de R\$ 200 bilhões e encarecendo o custo dos financiamentos com a nova TLP, apontam para uma deliberada intenção de reduzir o papel do BNDES e acentuar o quadro desalentador que os números de 2017 estão trazendo.

A agricultura foi o único setor que apresentou variações positivas de 9% no acumulado do ano e 14% nos últimos 12 meses.

Quando o governo tentou destacar alguns ra-

quíticos índices positivos obtidos nos primeiro semestre, e vemos a queda generalizada dos investimentos na indústria, fica evidente a impossibilidade de qualquer retomada da economia.

O incremento no volume de crédito para agricultura, apenas reafirma a política desastrosa de pendurar a economia nacional na exportação de commodities, especialmente agrícolas.

Os mais de R\$ 9 bilhões dirigidos para o segmento de energia elétrica, 18% do total geral dos financiamentos, se prestam para reforçar o processo de privatização tresloucada da Eletrobrás.

J. AMARO

Delegado Waldir acusa Temer de trocar votos por ambulâncias durante a votação na CCJ

O deputado federal Delegado Waldir (PR/GO) voltou a acusar Temer de compra de votos, por meio de emendas parlamentares, distribuição de cargos e outros artifícios, para que a segunda denúncia apresentada pela PGR contra o presidente seja arquivada.

Segundo o parlamentar, o Ministério da Saúde dispõe de cinco mil ambulâncias, que serão distribuídas a deputados que votaram com o governo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e também na votação que vai ocorrer no plenário.

“Tem que votar agora com o governo. Se não votar, dançou. Vai ser mais uma ferramenta de compra. São milhares de ambulâncias, que vão ser mais uma moeda de troca. O parlamentar vai trocar o seu voto por ambulância”, denunciou.

Delegado Waldir também rebateu os argumentos de Temer, que em carta aos deputados disse



Contra Michel Temer, deputado foi retirado da CCJ

estar sendo “vítima” de uma “conspiração”. “Que conspiração é essa?”, questionou. “Conspiração aconteceu nessa comissão ao me afastarem, ao afastarem vários parlamentares dignos. Isso é uma conspiração. Conspiração é comprar partidos. E trocar parlamentares. Isso é conspiração”, acrescentou.

Na avaliação da primeira denúncia, o deputado goiano foi retirado pelo seu partido da lista de titulares

Em agosto, o Índice de Atividade Econômica do BC, a “prévia do PIB”, caiu 0,38%, assim como caíram a produção industrial (-0,8%), os serviços (-1,0%) e o comércio (-0,5%)

Quem financia as atividades produtivas no país é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Este ano, o financiamento do BNDES já caiu 20%. Então, cai investimento, cai financiamento, cai venda, cai produção industrial. De onde é que eles tiram esse negócio de que a economia está crescendo, como maneira de salvar o Temer? É mais uma farsa desse governo, dentro de tantas outras que tem apregoadas”. O IBC-Br foi criado pelo Banco Central, tentando antecipar o resultado do PIB, para balizar as decisões do Comitê Política Monetária (Copom) sobre a taxa básica de juros (Selic). De janeiro a agosto, o IBC-Br teve uma variação de 0,31%, mas em 12 meses terminados em agosto, registrou recuo de 0,89%. Dados com ajuste sazonal.

Ainda no mês de agosto, segundo números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve recuo na indústria, comércio e serviços.

“Os governistas, não só no Parlamento como no Executivo, vêm com essa cantilena de retomada do crescimento há pelo menos quatro meses. Os dados mostram que essa cantilena não tem fundamento na realidade. Os números de agosto, os últimos que saíram a público, mostram queda na atividade econômica. A produção industrial caiu 0,8%, os serviços caíram 1,0%, as vendas do comércio caíram 0,5% e o índice que antecipa o Produto Interno Bruto (PIB), que é o IBC-Br, teve queda de 0,38%”, afirmou o economista Nilson Araújo de Souza, em entrevista à Rádio Independência (WWW.independenciabrasil.com.br).

“Todos os dados indicam queda na produção, em um momento em que deveria estar aumentando sazonalmente. Geralmente, no terceiro trimestre de cada ano a tendência é de crescimento da produção para atender a demanda de final de ano, como o Dia das Crianças, Natal etc. No momento em que deveria estar aumentando, está caindo”, completou Nilson.

O economista apontou as causas da derrocada econômica de Temer/Meirelles: “A política econômica é de juros altos. Apesar da redução do juro nominal, o juro real segue alto. Corte de investimentos públicos. O governador foi acusado pela Procuradoria Geral da República (PGR) pelos crimes de obstrução à Justiça e organização criminosa. Entre os crimes cometidos contra o país também estão a política de transferência de recursos públicos ao sistema financeiro, via gastos com juros, o corte de investimentos públicos, o desmonte da Petrobrás e da Eletrobrás, o desemprego galopante, enfim, a política econômica que mantém a economia no fundo do poço comercial do país.”

Em agosto, o setor de serviços recuou 1,0% na comparação com o mês anterior, após queda de 0,8% em julho e alta de 1,3% em junho, na série com ajuste sazonal. No acumulado no ano, queda de 3,8%. (Ver matéria ao lado).

VALDO ALBUQUERQUE

Governo investe contra CEF na tentativa de privatizá-la

O governo Temer e mais especificamente sua equipe econômica, com Meirelles à frente, retornaram neste mês de outubro, com a monocórdia cantiga, que já vem desde o governo Dilma, da abertura do capital da Caixa Econômica Federal.

Sob a alegação de que a CEF foi levada a fazer operações que se trouxeram prejuízos para o banco, em razão de demandas de governo, que se sabe, especialmente do PT, apresentam como alternativa abrir o capital da empresa com a colocação de ações na Bolsa de Valores e como decorrência disso incorporar “padrões de governança” que seriam exigidos para as empresas SAs.

Com esses recursos, defendem que os acionistas minoritários funcionariam como vigilantes impedindo que novas situações semelhantes voltassem a ocorrer e os padrões de governança manteriam o banco sem influências negativas.

Alegam também, que apesar da CEF atender atualmente, de forma adequada o índice que relaciona o

capital próprio da instituição com volume de crédito concedido, poderá deixar de atendê-lo em 2019.

Qual será o padrão de governança que Meirelles quer para CEF? Possivelmente o mesmo que ele foi responsável, como presidente do Conselho de Administração da holding dos irmãos Joesley e Wesley Batista, entre a presidência do Banco Central com o Lula e o ministério da Fazenda com o Temer.

Qual banco do sistema financeiro no Brasil que pode ter mais condições de garantir seus correntistas do que a Caixa ou já se esqueceram do PROER, no governo Fernando Henrique, que socorreu, em valores que atualizados chegam hoje na casa dos R\$ 500,0 bilhões, para salvar bancos privados.

A verdade é que a Caixa responde sozinha por 70% do crédito imobiliário do país e é esse mercado que os bancos privados, especialmente estrangeiros, estão querendo abocanhar e precisam para isso desbancar a CEF.

J.A.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Juiz da Lava Jato na primeira instância Moro: "não existe governo competente e desonesto"

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos da Operação Lava Jato na primeira instância, afirmou que "não existe governo competente e desonesto".

Indagado sobre uma suposta permissividade do brasileiro em relação à corrupção, Sérgio Moro afirmou que "nós temos direito a ter um governo honesto". "Acredito que esse trabalho que vem sendo realizado... vai levar ao crescimento dessa percepção de que a corrupção nos deixa pra trás, atrasa o nosso desenvolvimento, compromete as nossas instituições...", ressaltou.

Ele avaliou que a colaboração premiada é um "meio importante de investigação" e sugeriu que a sociedade fique atenta em relação a algumas propostas, que eventualmente aparecem com a finalidade de eliminar o instituto.

"Uma proposta que me parece um tanto quanto absurda, por exemplo, é aquela no sentido de proibir que alguém que se encontra preso possa realizar uma colaboração premiada", disse. A afirmação foi feita em entrevista ao jornalista Gerson Camarotti, exibida na noite da terça-feira (17) pelo canal pago GloboNews.

Segundo o magistrado, isso "viola o direito de defesa da pessoa presa", porque a colaboração "é um meio de a Justiça encontrar os cúmplices de um criminoso, mas também, de uma certa maneira, é um meio de defesa de uma pessoa que quer colaborar para receber benefício da Justiça".

Moro negou que possa existir uma correlação necessária entre a prisão e a colaboração premiada.

"Essas pessoas normalmente celebram acordos quando se encontram em uma situação processual difícil. Normalmente quando elas percebem que a Justiça conseguiu reunir provas significativas contra elas e que a melhor opção de defesa para elas é colaboração. Isso acontece tanto quanto elas estão soltas quanto presas preventivamente. E pode acontecer até em casos de pessoas já condenadas criminalmente", frisou.

Na entrevista, o juiz também fez uma avaliação positiva dos três anos e meio da Lava Jato. "Considerando os casos já julgados, hoje nós temos várias condenações. Várias pessoas que estão cumprindo pena de prisão e pessoas que nós nem imaginávamos que poderíamos responder pelos seus crimes. Então o balanço é positivo", afirmou.

Ele disse não ter "vocações" para a política, defendeu prisões após condenação em segunda instância e apontou que, na opinião dele, o foro privilegiado deveria ser reduzido "significativamente". "A grande questão é: se nós constatamos que o foro privilegiado não tem funcionado a contento, se há dificuldades nas instituições de trabalharem nesses processos, o passo é adotar uma atitude reformista", avaliou.

Para acobertar Temer, Bonifácio atacou a PF, MPF e a Justiça

O deputado Bonifácio de Andrada (PSDB/MG), relator da segunda denúncia contra Temer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), tem uma longa ficha corrida como servicial de carneiros, bandoleiros e outros larâpios da coisa e do patrimônio públicos.

Bonifácio foi da UDN de 1954 a 1966 e conspirou contra Getúlio. Em seguida, logo após o golpe contra Jango, ele participou da fundação da Arena, o partido da ditadura, que depois mudou de nome e virou o PDS. Ao farejar que o PSDB

se tornaria a "UDN dos anos 90", virou tucano. Foi vice na chapa de Paulo Maluf na eleição presidencial de 1989. Enfim, foi essa múmia que Temer teve que desenterrar para defendê-lo.

Em seu parecer, que recomendou o acobertamento da quadrilha e acabou aprovado na CCJ por 39 a 26 votos, o relator disparou improperos contra a Polícia Federal, o Ministério Público e a Justiça. Ele chamou as investigações dos ladrões de "criminalização da política" por parte do MP.

Reprodução/ABI



Ex-ministro e ex-governador do Ceará propõe desprivatizar o BC

O ex-ministro e ex-governador do Ceará, pré-presidencial do PDT, tem enfatizado a necessidade de trazer a taxa básica (Selic) de juros

para um patamar cujo teto seja inferior à rentabilidade média dos negócios" e que para isso não é preciso "emenda à Constituição, não precisa da maioria do Congresso, não precisa de absolutamente

nada a não ser assumirmos o controle e reestatizarmos o Banco Central".

O ex-governador do Ceará e ex-ministro da Fazenda do governo Itamar Franco fez esta proposta principalmente durante debate em que participou na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e em outras palestras que tem feito pelo país.

Senado e CCJ da Câmara deixam criminosos à solta



Temer interferiu para salvar Aécio pensando na sua própria pele Só faltou Lula chamar Aécio de parça e pedir cadeia para os que combatem a corrupção

Lula pretendeu fazer ironia a acabou se solidarizando com a impunidade obtida por Aécio Neves, ao afirmar a uma rádio de BH, na quarta-feira (18), que tanto ele [Lula] quanto o senador tucano levam tiros todos os dias, numa referência às investigações de corrupção. "Me dão tiro de canhão todo dia e estou vivo. Deram um tiro de garrucha no Aécio e ele não aguentou", disse.

Para Lula, o afastamento de Aécio Neves de seu mandato e a ordem para o recolhimento noturno, determinados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por ser flagrado recebendo propina de R\$ 2 milhões de Joesley Batista, seria um "tiro de garrucha". Pela lógica, o "tiro de canhão" deve ser a sua condenação por receber propinas da

Odebrecht, da OAS e de outras empreiteiras, disfarçadas de triplex, de sítio, etc. A fala de Lula em socorro ao senador tucano explica a posição da bancada do PT que condenou enfaticamente o STF por ter determinado as punições contra Aécio Neves.

Além de se solidarizar com o ladrão Aécio Neves, Lula também saiu em defesa de Temer e de Dilma. Creditou a profunda crise da economia, provocada pela política desastrosa do ex-ministro Joaquim Levy, seguida depois por Meirelles, à operação Lava Jato. "A Polícia Federal e o Ministério Público da Lava Jato mentiram. Eles que têm que se explicar e pedir desculpas agora por destruir a indústria. Espero que eles tenham vergonha e peçam desculpas

à sociedade brasileira pelo estrago", afirmou. Nenhuma cobrança a Levy e Meirelles.

Ou seja, a falta de investimentos, os juros na estratosfera, os cortes de verbas e de direitos, os subsídios bilionários às multinacionais, as privatizações, e outras aberrações, iniciadas em 2011 e aprofundadas agora, não têm, segundo Lula, nada a ver com a recessão e o desemprego. Não foram as medidas tomadas por Dilma, Temer e seus ministros neoliberais que provocaram o desastre. Para ele, a culpa por tudo é do combate à corrupção. A recessão, segundo Lula, foi provocada pelo juiz Sérgio Moro. Daqui a pouco ele vai defender cadeia para quem combateu e combate a corrupção no país. Só falta isso.

SERGIO CRUZ

Tasso pede para Aécio renunciar após ter votado nele para voltar ao Senado

O senador Tasso Jereissati, presidente interino do PSDB, defendeu na quarta-feira (18) a renúncia do senador Aécio Neves (MG) da presidência do partido. "Eu acho que é (caso de renúncia). Porque agora ele não tem condições, dentro das circunstâncias que está, de ficar como presidente do partido. E nós precisamos ter uma solução definitiva e não provisória", disse o tucano.

A declaração ocorre um dia após o Senado barrar a decisão do Supremo Tribunal Federal

Procurador corrupto calunia Janot na CPI Mista da JBS para esconder seus crimes

Um dos mais absurdos depoimentos, até agora, da CPI mista da JBS foi o do procurador Angelo Goulart Villela. Não somente pela estapafúrdia história que contou, quanto pelo próprio depoente.

Acusar o então Procurador Geral, Rodrigo Janot, de querer derrubar o presidente da República, apenas e tão somente porque não queria que Raquel Dodge fosse a sua sucessora, é coisa que nem o patrono dos megamentirosos - o barão de Munchausen - ousou contar (aliás, nem chegou perto disso).

Janot denunciou Temer porque existem provas de que Temer é um ladrão. Provas, aliás, de conhecimento público. Mas é isso que o procurador quer esconder - para esconder os seus próprios crimes.

O procurador Angelo Goulart Villela responde, no momento, pelos crimes de corrupção passiva, obstrução de justiça e violação de sigilo funcional, por atuar como infiltrado de Joesley Batista, da JBS, na força-tarefa da Operação Greenfield, que apura fraudes e favorecimentos ilegais a empresas nos fundos de pensão. Na sua conversa gravada com Temer, no Palácio do Jaburu - e, depois, em

(STF), que impôs o afastamento do mandato e recolhimento noturno ao senador mineiro. Aécio está afastado do cargo desde maio, quando veio a público a colaboração premiada da JBS, na qual ele é acusado de receber R\$ 2 milhões em propina.

Torrado depois de aparecer pedindo propina a Joesley Batista, dono da JBS, o senador mineiro não é mesmo figura recomendável. Porém, defender a renúncia de Aécio coloca Jereissati numa situação vexatória. Afinal, o

presidente interino defendeu e votou a favor de derrubar as medidas cautelares contra o colega de partido. Quer dizer que para o Brasil Aécio é bom, mas para o PSDB não serve?



Senador tucano

Aécio foi flagrado enquanto acertava uma propina de R\$ 2 milhões com Joesley Batista, da JBS. A entrega das parcelas desse dinheiro foi, inclusive, filmada pela Polícia Federal. Em qualquer Senado da República, no passado, seria motivo para cassação de mandato, sem apelação - o que redundaria em responder por seus crimes na Justiça comum. No entanto, o Conselho de Ética do Senado nem mesmo abriu investigação sobre Aécio: arquivou a primeira denúncia e, agora, seu presidente, João Alberto (PMDB-MA), anunciou que arquivará a segunda.

Há, no Brasil, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 221.054 presos sem condenação - a maior parte, com menos de 29 anos de idade. Quase todos - senão todos - cometeram delitos mais leves que roubar a coletividade, usando o mandato que a coletividade lhe conferiu para defendê-la.

Por que, então, Aécio Neves merece receber do Senado uma licença para roubar - além de outros crimes - enquanto 220 mil jovens, que cometeram (quando cometeram) crimes mais leves, e ainda não foram julgados, estão na cadeia?

Porque Aécio Neves tem dinheiro - e os presos são pobres e/ou negros.

Que o dinheiro de Aécio não seja dele, é coisa de pouca monta para um Senado composto, em sua maioria, por ladrões. O senso de moralidade da oligarquia política que sufoca, e contamina, o país com sua podridão, é, rigorosamente, inexistente.

Vejam o PT, cuja Executiva Nacional, quando a primeira turma do STF afastou cautelarmente Aécio do Senado, emitiu nota, com aval de Lula, classificando a medida como "uma condenação esdrúxula, que não pode ser aceita por um poder soberano como é o Senado Federal", "mais um sintoma da hipertrofia do Judiciário", clamando o Senado Federal

A conspiração de Michel Temer e Aécio para ignorar o povo e continuarem delinquindo

Temer gastou R\$ 200 milhões em dinheiro público, liberando emendas, para fazer com que Aécio Neves voltasse ao Senado, garantido contra a ação da polícia - e, na verdade, da Justiça, uma vez que, com foro privilegiado, e o STF abrindo mão de aplicar aos parlamentares criminosos até as medidas cautelares previstas pelo Código de Processo Penal, é pouco provável que lhe aconteça algo, além de continuar delinquindo de dia e de noite, se depender do Supremo (alguém disse que, agora, auto-submetido ao Senado e à Câmara, temos um Subpremo, ao invés de um Supremo. Pois é).

Com certeza, e graças aos céus, o destino de Aécio (e de Temer) não depende apenas, nem principalmente, do STF - até porque o próprio futuro do STF depende do povo brasileiro.

FLAGRA

Um dia depois, a maioria da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou o cadavérico relatório do defuntíssimo Bonifácio de Andrada - um golpista de 64, arenista e pedesista de primeira hora, apoiador de todos os crimes da ditadura contra o povo, sequaz de Paulo Maluf (de quem foi candidato a vice-presidente em 1989), tão mentalmente caquético, que parece moldado pelo seu próprio sarcófago, enquanto espera que o diabo vise seu passaporte para escoicear no Inferno.

O próprio Paulo Maluf - ou a múmia que dizia chamar-se assim - fez uma aparição, falando sobre a sua amizade de 30 anos com Michel Temer (prova, evidentemente, da honestidade dos dois) e sobre como Lula filou uma boia em sua casa. E repetiu a ladainha lulista (v. matéria nesta página) de como a Operação Lava Jato arruinou com a economia do país.

Dizia a Bíblia, no livro dos Provérbios, que "quem anda com os sábios será sábio; mas o companheiro dos tolos acabará mal". Ao que acrescentamos: quem vive com ladrões é porque é ladrão.

Aécio foi flagrado enquanto acertava uma propina de R\$ 2 milhões com Joesley Batista, da JBS. A entrega das parcelas desse dinheiro foi, inclusive, filmada pela Polícia Federal.

Em qualquer Senado da República, no passado, seria motivo para cassação de mandato, sem apelação - o que redundaria em responder por seus crimes na Justiça comum. No entanto, o Conselho de Ética do Senado nem mesmo abriu investigação sobre Aécio: arquivou a primeira denúncia e, agora, seu presidente, João Alberto (PMDB-MA), anunciou que arquivará a segunda.

Há, no Brasil, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), 221.054 presos sem condenação - a maior parte, com menos de 29 anos de idade. Quase todos - senão todos - cometeram delitos mais leves que roubar a coletividade, usando o mandato que a coletividade lhe conferiu para defendê-la.

Por que, então, Aécio Neves merece receber do Senado uma licença para roubar - além de outros crimes - enquanto 220 mil jovens, que cometeram (quando cometeram) crimes mais leves, e ainda não foram julgados, estão na cadeia?

Porque Aécio Neves tem dinheiro - e os presos são pobres e/ou negros.

Que o dinheiro de Aécio não seja dele, é coisa de pouca monta para um Senado composto, em sua maioria, por ladrões. O senso de moralidade da oligarquia política que sufoca, e contamina, o país com sua podridão, é, rigorosamente, inexistente.

Vejam o PT, cuja Executiva Nacional, quando a primeira turma do STF afastou cautelarmente Aécio do Senado, emitiu nota, com aval de Lula, classificando a medida como "uma condenação esdrúxula, que não pode ser aceita por um poder soberano como é o Senado Federal", "mais um sintoma da hipertrofia do Judiciário", clamando o Senado Federal

a "repelir essa violação de sua autonomia".

Nenhum partido - nem o PSDB - foi mais útil para elevar Aécio a criminoso acima das leis e do povo, que o PT, através desta nota, e do que disseram seus senadores nos dias que seguiram, a começar pela sua presidente, senadora Gleisi Hoffmann.

A revolta do público - inclusive de petistas; inclusive, pelo menos, um senador do PT, Paulo Paim - quase jogou a bancada e a Executiva no mar, apesar de sua distância de Brasília.

A direção do PT, no entanto, não mudou a posição. Mas a decisão da Justiça, de que a votação sobre Aécio deveria ser nominal e aberta, transtornou seus planos. Assim, os senadores petistas acabaram por votar contra Aécio - e contra a posição de sua própria Executiva, sem que esta tuguise nem mugisse. Com duas exceções: o senador Viana e a senadora Gleisi Hoffmann, que viajaram para a Rússia...

Quando ao PSDB, horas depois de votar pela impunidade de Aécio, o senador Jereissati declarou que seu colega - que ainda é presidente nacional do partido - deveria se afastar da direção partidária.

Um articulista, Josias de Souza, resumiu a situação: para Jereissati, Aécio é bom para o Brasil, mas é uma tragédia para o PSDB.

OBSTRUÇÃO

Vejam, então, como Aécio é importante para o Brasil. Os trechos abaixo são de sua conversa com Joesley Batista, a mesma em que ele pediu R\$ 2 milhões de propina.

AÉCIO: ... o Rodrigo especialmente, tinha que dar uma apertada nele, que nós estamos vendo o texto na terça-feira.

JOESLEY: Texto do quê?

AÉCIO: São duas coisas, primeiro cortar o pra trás de quem doa e de quem recebeu.

JOESLEY: E de quem recebeu.

AÉCIO: Tudo. Acabar com tudo esses crimes de falsidade ideológica, papapá, que é que na, na, na mão [dupla], texto pronto nãõ. O Eunício afirmando que tá com colchão pra votar, nós tamo. Porque o negócio agora não dá para ser mais na surdinha, tem que ser o seguinte: todo mundo assinar, o PSDB vai assinar, o PT vai assinar, o PMDB vai assinar, tá montada. A ideia é votar na... Porque o Rodrigo devolveu aquela tal das Dez Medidas [o projeto popular das Dez Medidas contra a Corrupção], a gente vai votar naquelas dez... Naquela merda das Dez Medidas, toda essa porra.

(...)

AÉCIO: ... Ô cara, cê tinha que mandar um, um, cê tem ajudado essas caras pra caralho, tinha que mandar um recado pro Rodrigo, alguém seu, tem que votar essa merda de qualquer maneira, assustar um pouco, eu tô assistando ele, entendeu? Resolvido isso tem que entrar no abuso de autoridade... O que esse Congresso tem que fazer.

(...)

AÉCIO: Eu voltei com o Michel ontem, só eu e o Michel, pra saber também se o cara vai bancar, entendeu? Diz que banca, porque tem que sancionar essa merda (...). O ministro é um bosta de um caralho (...). Michel tá doido. (...) ele errou de novo de nomear essa porra desse... Porque aí mexia na PF. O que que vai acontecer agora? Vai vim um inquérito de uma porrada de gente, caralho, eles são tão bunda mole que eles não (têm) o cara que vai distribuir os inquéritos para o delegado. Você tem lá cem, sei lá, 2.000 delegados da Polícia Federal. Você tem que escolher dez caras, né? Do Moreira, que interessa a ele, vai pro João.

JOESLEY: Pro João.

AÉCIO: É. O Aécio vai pro Zé.

Como disse um ministro do STF que não cedeu ao valha-couto, essa é a atividade a que Aécio vai se dedicar: obstruir a Justiça.

CARLOS LOPES

Governo favorece as operadoras na nova lei dos planos de saúde

Parecer apresentado na Câmara permite a dupla porta no SUS, o aumento das mensalidades para os maiores de 59 anos e multas irrisórias para operadoras de planos

O projeto de lei que muda as regras atuais dos planos de saúde no país teve seu parecer apresentado na última quarta-feira (18), pelo relator Rogério Marinho (PSDB/RN). A proposta sede a pressão das operadoras de saúde, após queda no número de beneficiários, e propõe diversas mudanças que prejudicam os consumidores. O projeto, que já foi aprovado no Senado, tramita agora em regime de urgência na Câmara, e reflete o alinhamento do ministro da Saúde, Ricardo Barros (PP) e do governo Temer com as operadoras.

Entre as alterações propostas estão o fim da lei proíbe reajuste por idade após os 60 anos, a redução no rol de procedimentos cobertos obrigatoriamente pelos planos de saúde, cobertura apenas regional, aumento da participação do usuário no pagamento de procedimentos, liberação de aumentos para planos individuais, até a impossibilidade da aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

A urgência na Câmara impede que seja apresentado pedido de visto ao texto, o que significa que possíveis mudanças terão que ser negociadas com Marinho para serem por ele incluídas. Já o presidente da comissão, deputado Hiran Gonçalves (PP/RR), marcou a votação para o dia 8 de novembro.

Para os órgãos de defesa do consumidor, a maior parte das mudanças só retira direitos dos usuários de planos de saúde. A Coordenadora do Núcleo de Defesa do Consumidor (Nudecon), da Defensoria Pública, Patrícia Cardoso, destacou que “uma mudança na lei dessa magnitude, com mais de uma centena de projetos apensados, não devia tramitar em regime de urgência. A Defensoria, que atende diariamente milhares de consumidores que trazem seus problemas com planos de saúde, devia ser ouvida. A nossa experiência deveria ser levada em conta, assim como a do Ministério Público. Esse processo não está sendo nada democrático”.

IDOSOS

Proibido pelo estatuto do idoso, o aumento por faixa etária está sendo tratado como uma forma de “proteger o idoso”, para Barros os percentuais de aumento são “geralmente baixos”, e por isso as operadoras a deixaram de ofertar planos para idosos, e garantiu que essa proposta vai melhorar as condições de acesso aos planos para esta faixa etária. O ministro destaca ainda que “a regra foi criada para proteger, mas na prática, acaba expulsando o idoso”.

Hoje, para essa faixa etária, são permitidos os reajustes no aniversário do plano e proibidos os reajustes por faixa etária, a nova proposta pretende permitir também os aumentos por faixa etária.

Já para Mario Scheffer, professor da Faculdade de Medicina da USP e membro da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), a mudança trás mais insegurança para os idosos e deve aumentar o volume de processos judiciais, já que a maioria dos reajustes é tido como abusivo, “depois dos 60 anos, as pessoas perdem rendimentos e aumentam os gastos em saúde”. Para ele, é preciso conter os reajustes abusivos, ao invés de deixar as

No Dia do Médico, Simesp alerta para a precariedade do trabalho

Nesta segunda-feira, dia 18 de outubro, quando é celebrado o Dia do Médico, o Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp) divulgou um vídeo criticando duramente a situação gravíssima pela qual está passando o setor de saúde pública no país.

O vídeo inicia enfatizando a frase: “Hoje, 18 de outubro, celebramos o Dia do Médico. Mas o que temos a comemorar?” Logo depois, continua: “Demissões, piora das condições de trabalho e congelamento dos recursos da saúde por 20 anos. O trabalho médico vive uma crise sem precedentes. A situação é catastrófica. A resistência, portanto, nunca foi tão importante”.

Entres os problemas citados pelo Simesp estão o congelamento do financiamento público por 20 anos, a perda de direitos a liberdade de decisão das agên-

operadoras regularem a situação. “POPULARES”

O relator da reforma da Lei dos Planos de Saúde, assim como o governo, propõe a criação de planos de saúde mais baratos, mas com coberturas reduzidas.

A proposta prevê que os planos tenham como carro chefe o Plano simplificado, que inclui atenção primária (atendimento não-especializado), consultas com especialistas e exames de diagnóstico de baixa e média complexidade. Não estando incluídos atendimentos de urgência e emergência, internação, terapias ou exames de alta complexidade.

O que para as entidades médicas não resolve o problema, já que segundo dados do ministério da Saúde, o gasto do governo com a atenção básica (equivalente a este Plano simplificado) representou, em 2015, 13,7% do orçamento do ministério, enquanto as despesas com procedimentos de média e alta complexidade consumiram 42,1%.

MULTAS

O projeto também propõe uma drástica redução no valor das multas pagas pelas operadoras por abusos, erros e descumprimento de contrato. Pela lei atual, operadoras que negam atendimento ou descumpram prazos fixados estão sujeitas a multas entre R\$ 5 mil e R\$ 1 milhão. O parecer retira o valor mínimo e propõe que as multas não ultrapassem dez vezes o valor do procedimento. Assim, se uma consulta custa R\$ 70, o valor da multa seria de até R\$ 700. Para o relator da proposta, medida garantiria a “sobrevivência” dos planos.

Além disso, a proposta prevê que cooperativas, como a Unimed, e planos de autogestão tenham parte das regras flexibilizadas, como, por exemplo, exigência de caixa suficiente para gerenciar suas dívidas.

Já para Mário Scheffer, a proposta vai estimular o descumprimento dos prazos, “a multa tem que ser alta para que os planos não pratiquem mais o abuso. Da forma como ficou, é um bom negócio para as operadoras”, destacou.

RESSARCIMENTO

O projeto também altera a forma como é recolhido o ressarcimento ao SUS, feito quando uma operadora reembolsa a União por um usuário conveniado ter utilizado o serviço público. Esta cobrança visa evitar que as operadoras deixem de ofertar ao seu usuário os serviços que estavam contratados, obrigando o paciente a recorrer ao SUS. Atualmente, os valores são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde, mas a proposta é que os recursos sejam pagos diretamente pelas operadoras aos estados ou municípios.

Para Scheffer, a negociação dos planos diretamente com os governos estaduais tende a enfraquecer o SUS, abrindo “espaço para a dupla porta”. Isso significa que os governos terão mais liberdade para negociar com as operadoras parte dos hospitais públicos para atendimento privado com o objetivo de aumentar a arrecadação.

A dupla porta é apresentada como ressarcimento ao SUS, mas na verdade, é uma política de “cotas invertida”. A lógica nos hospitais públicos passa a ser particulares e conveniados, primeiro, e os usuários do SUS, depois.

CAMILA SEVERO

coias de planos populares.

Também é criticado a criação do monopólio de empresas multinacionais no setor: “elas contratam médicos de maneira precária e determinam os próprios valores de honorários e vencimentos”, e a abertura irresponsável de escolas médicas: “O Brasil tem 304 escolas médicas, muitas sem qualidades de ensino nem residência. Em 2020, um terço dos médicos será de recém formados”.

“A situação já é crítica e se agrava com demissões, fechamento de unidades e piores condições de trabalho”, destaca o vídeo.

Apesar de todos esses problemas, o sindicato garante manter a luta. “Nós, do Sindicato dos Médicos de São Paulo (Simesp), estamos aqui para representá-lo e ajudá-lo a superar esses problemas. Conte sempre conosco”, finaliza a publicação.



Segundo relator, proposta busca garantir a “sobrevivência” das operadoras

Ministério Público denuncia Nuzman e Sérgio Cabral por compra de votos das Olimpíadas

O Ministério Público Federal no Rio de Janeiro (MPF-RJ) denunciou o ex-presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) Carlos Nuzman e o ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), por suspeita de corrupção e compra de votos para a escolha do Rio de Janeiro como cidade sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Segundo o MPF, o episódio conhecido como “a Farra dos Guardanapos” (em setembro de 2009) foi uma “comemoração antecipada” da escolha da cidade, anunciada apenas em outubro.

Além de Nuzman e Cabral, também foram denunciados, o ex-diretor de operações e marketing do COB, Leonardo Gryner; o empresário Arthur Soares e os senegaleses Papa Masata Diack e Lamine Diack, que articularam a compra de votos.

Leonardo Gryner também foi denunciado por organização criminosa e Nuzman por organização criminosa, lavagem de dinheiro e evasão de divisas.

Além da condenação pelos crimes tipificados, a denúncia pede a reparação por danos materiais no valor de R\$ 6,34 milhões e de danos morais no valor de R\$ 1 bilhão.

De acordo com a denúncia do MPF-RJ, Cabral, Nuzman e Leonardo Gryner solicitaram diretamente a Arthur Soares e aceitaram promessa de vantagem indevida a outras pessoas, Papa Diack e Lamine Diack, consistente no pagamento de US\$ 2 milhões para garantir vo-



Segundo o MPF, a “Farra dos Guardanapos” foi uma comemoração antecipada da quadrilha de Cabral

tos para o Rio de Janeiro na eleição da cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Isso configura corrupção passiva, detalhou o MPF.

Na denúncia, o MPF lembrou cronologia das investigações que revelaram suspeita de compra de votos para escolha do Rio de Janeiro como cidade sede da Olimpíada. As apurações dos investigadores revelaram que em agosto de 2009, pouco mais de um ano após o Comitê Olímpico Internacional anunciar as quatro cidades que concorreriam para sediar os jogos de 2016 e há cerca de dois meses para o anúncio final, Nuzman, Gryner e Cabral se encontraram com Lamine Diack durante o Mundial de Atletismo de Berlim. O senegalês teria indicado seu filho para tratar de pagamentos por “patrocinadores”, informou o ministério. De acordo com o MPF-RJ, no final de agosto, Gryner foi apresentado por Cabral a Arthur Soares, aproximando-os para acertar o pagamento aos Diack.

Em setembro de 2009, aconteceu em Paris o episódio que ficou conhecido como “Farra dos Guardanapos”,

que contou com a participação de vários integrantes da organização criminosa chefiada por Cabral, de acordo com apuração do MPF-RJ - inclusive Nuzman. De acordo com o ministério público, teria sido a comemoração antecipada da vitória do Rio de Janeiro e mostrava o ex-governador confraternizando com correligionários num restaurante em Paris, usando guardanapos amarrados na cabeça.

Dez dias depois, teria sido feita primeira tentativa de depósito dos valores acordados entre Cabral, Soares, Nuzman, Gryner e Diack, por meio de transferência bancária feita a partir da conta Matlock, de Arthur Soares, de acordo com o MPF-RJ. A transferência foi rejeitada pelo banco por não haver razão econômica para o pagamento.

No fim de setembro, foi feita nova tentativa de transferência do pagamento, desta vez bem sucedida, detalhou o ministério. Assim, em 2 de outubro, o Rio foi anunciado como cidade-sede da Olimpíada de 2016, lembrou o MPF-RJ.

PGR reitera pedido de prisão de Barata Filho

Em parecer encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, pediu o restabelecimento da prisão preventiva do empresário Jacob Barata Filho e de outras seis pessoas. Eles foram libertados após a 2ª Turma do STF referendar a liminar de Gilmar Mendes que libertou Barata e os demais membros da quadrilha.

Barata é alvo de uma investigação que apura um suposto esquema de pagamento de

propina a políticos e de fraudes em contratos do governo do Rio de Janeiro com empresas de transporte público.

Na manifestação, Raquel reforça a necessidade de restabelecer a prisão preventiva, “tanto para garantia da ordem pública quanto para assegurar a aplicação da lei penal”.

Além de Jacob Barata, Dodge também pediu que voltem à prisão Marcelo Traça Gonçalves, Cláudio Sá Garcia de Freitas, David Augusto de

Deborah Alexandra Neves, Enéas da Silva Bueno e Otacilio de Almeida Monteiro.

Segundo a PGR, “por receio de que a ‘Operação Java-Jato’ os alcançasse, os integrantes do ramo da organização criminosa de Sérgio Cabral, ligados ao setor de transporte público do Rio de Janeiro, tinham o hábito de destruir arquivos eletrônicos de suas tratativas escusas e da contabilidade paralela da Fetranspor, arrecadada para entrega das propinas”.

Depois de proibir estudantes de repetir as refeições nas escolas:

Dória quer colocar ração na merenda das crianças

Em mais um dos seus atos midiáticos, o prefeito de São Paulo, João Dória (PSDB), convocou uma coletiva de imprensa para anunciar que a ração intitulada farinata, feita a partir de sobras industriais próximas do vencimento, será introduzida na merenda servida às crianças nas escolas municipais.

A “farinata” foi apresentada como um “alimento completo”. Dória disse no dia 8, que uma xícara desse composto seria “suficiente para alimentar uma criança por um dia e três xícaras alimentam um adulto”.

E em troca dessa “grande benesse” ao povo paulistano, as empresas que doarem os produtos que seriam descartados como lixo, receberão diversos incentivos econômicos, entre eles “creditícios, compreendendo a concessão de financiamentos em condições favorecidas, admitindo-se créditos a título não reembolsável [...] isenção de Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)”, entre outros incentivos fiscais.

O anúncio, que a distribuição terá início ainda este mês, foi feito por Dória em coletiva de imprensa ao lado

do arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, na sede da Cúria Metropolitana.

Desde que assumiu a prefeitura, Dória já reduziu a entrega de leite para crianças em 53%, o programa, que atendia crianças de 0 a 14 anos, passou a atender apenas crianças de até cinco anos, e apenas as mais pobres de seis anos. Ele proibiu ainda crianças de repetirem a merenda, alegando que estava cuidando da obesidade infantil; ao mesmo tempo em reduziu a quantidade de alimentos orgânicos na merenda.



CARTAS

horadopovo@horadopovo.com.br

Ração doriana

Enquanto o prefeito playboy de São Paulo, João Dória, se delicia de brioches dos mais caros, manteiga da melhor qualidade, e diferentes pães feitos na hora em suas incontáveis viagens internacionais, ele decidiu distribuir um tipo de ração feito com restos de comida prestes a vencer nas merendas escolares de crianças e para pessoas pobres na cidade. O que podemos tomar como verdadeiro nessa história toda é o fato de que essa ração chamada de “Farinata” não é um programa de caridade, não é um programa de segurança alimentar, não é um programa de erradicação da fome. Mas sim mais uma peça de marketing do prefeito mauricinho. Outra coisa evidente é uma forma das empresas de descarte de alimentos lucrarem com o abatimento de impostos. Em meio a toda essa repercussão negativa do caso e todas as críticas de especialistas, esperamos que realmente se abra uma CPI para investigar a fundo quais são as verdadeiras intenções da distribuição desta ração.

Alice Matos – São Paulo, SP

Falta verba para abastecer postos de fronteira, diz FAB

O tenente-brigadeiro do ar e comandante da Força Aérea Brasileira (FAB), Nivaldo Luiz Rossato, declarou em entrevista durante o Segundo Encontro Internacional Sobre Financiamento de Projetos de Defesa, em São Paulo, que neste momento estão faltando recursos para realização de voos frequentes de abastecimento destinados a pelotões especiais de fronteira do Exército, isolados em diferentes áreas remotas do Brasil.

Tais voos de apoio da FAB são essenciais, pois servem para transporte de comida, gás de cozinha, combustível, munições e outros itens básicos para guarnições isoladas na selva amazônica.

Segundo o comandante da FAB, além de não conseguir voar semanalmente para os 24 pelotões de fronteira do Exército na região amazônica, ainda haveria falta de recursos para levar suprimentos para bases militares em Porto Velho (RO), Boa Vista (RR), Manaus (AM) e Belém (PA).

Nos últimos cinco anos, as Forças Armadas sofreram com cortes de mais de 40% em seus orçamentos. Os pelotões de fronteira são muitas vezes a única representação do Estado brasileiro em regiões remotas de selva. A função deles é proteger a fronteira de ameaças externas e combater o tráfico de armas e de drogas.

“Temer quer vender a Eletrobrás para fazer caixa”, diz deputado Lucas Ramos (PSB)

O presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Chesf na Assembleia Legislativa de Pernambuco, deputado estadual Lucas Ramos (PSB) participou, na Câmara Municipal de João Pessoa (PB), de audiência para debater a privatização de empresas públicas. Em sua fala, Lucas, apontou os riscos que a venda da Companhia e de outras estatais representam para o Nordeste.

“O governo Michel Temer apresentou ao Brasil um pacote de privatizações que envolve 57 empresas nacionais, entre elas boa parte do sistema elétrico, incluindo a Chesf. Não podemos deixar que coloquem na prateleira um patrimônio tão importante para os brasileiros apenas para cobrir o rombo das contas públicas provocado pela má gestão”, declarou Lucas.

Na reunião, Lucas Ramos condenou a venda da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf). “Neste processo, também estão incluídos os Correios, bancos públicos a exemplo da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil, Casa da Moeda, terminais portuários, rodovias e aeroportos como o de João Pessoa”.

Para o deputado, a privatização influencia também no uso de águas do rio São Francisco – como o abastecimento humano, a utilização na agricultura irrigada e a pesca artesanal. “Quem comprar a Chesf, irá controlar o Velho Chico e não teremos a certeza de que suas águas continuarão beneficiando os nordestinos”, disse.

O deputado desmentiu ainda o argumento de que a venda da Eletrobrás causará a redução da tarifa. “A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) confirmou que a tarifa pode ser reajustada em 16,7% e isso terá influência direta na produção industrial, com o aumento dos custos sendo repassado para o bolso do trabalhador brasileiro e afetando a nossa economia”, afirmou Lucas.



Deputado pernambucano Lucas Ramos



Nelson Sargento foi um dos críticos
Para artistas, 'Temer passou dos limites para se manter no poder'

O governo de Michel Temer sofreu uma enxurrada de críticas de artista pelas redes sociais nesta semana, por conta da Portaria do ministro do Trabalho do governo Temer, Ronaldo Nogueira, que desfigura totalmente as normas que protegem trabalhadores de condições degradantes e análogas à escravidão, para safar ruralistas e empresários que utilizam esta prática.

Cantores como Caetano Veloso, Diogo Nogueira e Nelson Sargento compartilharam uma imagem do movimento 342 Artes, que diz que "Temer passou dos limites para se manter no poder e fugir de mais uma denúncia, vai autorizar a volta do trabalho escravo no país". Esta postagem do 342 Artes também foi divulgada nos perfis do Instagram das atrizes Alinne Moraes, Alessandra Negrini, Fernanda Nobre, Rafaela Mandelli e Dani Barros. As apresentadoras Luiza Micheletti e Marina Person fizeram coro à crítica.

Outras publicações que espalharam entre os críticos da Portaria nas redes sociais traziam diversas imagens que faziam alusão ao sofrimento de trabalhos vítimas deste crime.

"Portaria de Temer é retrocesso ao tempo da senzala", diz MPT



Acima, "alojamento" de trabalhadores flagrado por fiscais no Amazonas



Fiscais do Trabalho afirmam que paralisação exige revogação da Portaria Auditores-Fiscais do Trabalho entram em greve nacional contra Portaria do trabalho escravo

Os Auditores-Fiscais do Trabalho, coordenadores dos Grupos Estaduais de Combate ao Trabalho Escravo, decidiram na quarta-feira, 18, paralisar suas atividades em todo o país contra a Portaria do governo Temer que modificou os critérios para enquadramento em trabalho análogo à escravidão.

A categoria pede a imediata revogação da medida, que afronta a Constituição Federal e convenções e tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, como a Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), além de Pactos e Protocolos.

Os representantes dos núcleos estaduais enca-

minharam uma carta à Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), em resposta a um Memorando da SIT, com informações a respeito da publicação da Portaria nº 1.129/2017 do Ministério do Trabalho. Os auditores disseram na carta que "diante da insegurança jurídica-administrativa da continuidade das ações em andamento e das planejadas, informamos a impossibilidade de cumprimento do atual planejamento, informamos a impossibilidade de cumprimento (...), com a momentânea paralisação das ações fiscais, até que a situação seja resolvida", diz a nota.

A categoria destacou ainda no documento que os

novos conceitos de trabalho escravo apresentados pelo governo, "agora todos atrelados ao cerceamento de liberdade, vão de encontro às condições apresentadas na maioria das demandas externas, como as oriundas das próprias vítimas e do Ministério Público do Trabalho, as quais chegam às unidades regionais e à Secretaria de Inspeção do Trabalho; esses novos conceitos estabelecidos pela nova Portaria também vão de encontro às constatações e aos resultados de todo trabalho já demasiadamente consolidado de 22 (vinte e dois) anos de Combate ao Trabalho Análogo ao Escravo da Auditoria Fiscal do Trabalho no Brasil".

Magistrados do Trabalho condenam medida: muda conceito de trabalho escravo para proteger empresas

A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), juntamente com a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPT), a Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat) e o Sindicato Nacional de Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), divulgaram uma nota pública na quarta-feira (18), contra a Portaria (nº 1.129/2017) do Ministério do Trabalho, que protege patrões que se beneficiam de condições análogas à escravidão.

Para as associações, a Portaria redefine ilegalmente o conceito de trabalho escravo, além de blindar os empresários da "lista suja" de empresas que impõem trabalhadores a condições análogas à escravidão, "criando uma série de dificuldades administrativas para a prevenção, a fiscalização e a punição dessa chaga social que envergonha o país", afirmaram as entidades na nota.

O conjunto de entidades critica o esvaziamento do conceito de trabalho escravo feito pela Portaria, que diz que o trabalhador só estaria condicionado

ao trabalho escravo quando houver "cerceamento de liberdade de ir e vir", excluindo então, todas as outras situações, como as condições degradantes. O presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano afirmou que, "da maneira como ficou regulado, todas as figuras [que qualificam o trabalho escravo, como jornada exaustiva] exigem a restrição de ir e vir e ausência de consentimento. Mas posso ter jornadas do corte de cana, por exemplo, de mais de 12h, extremamente prejudiciais à pessoa, e ainda assim consentidas", explicou Feliciano.

Secretária de Temer pede revogação de medida, que "compromete combate ao trabalho escravo"

A secretária Nacional de Direitos Humanos do governo Temer, Flávia Piovesan, divulgou nota na quarta-feira, 18, pedindo a revogação da portaria do Ministério do Trabalho, que "compromete a execução da política de combate ao trabalho escravo" afirma a secretária.

Segundo Flávia Piovesan, "a portaria reduz drasticamente o alcance do conceito de trabalho escravo, ao praticamente limitá-lo às situações de restrição de liberdade

e de escolta armada, esvaziando o núcleo elementar de condições degradantes e jornada exaustiva, em direta ofensa ao artigo 149 do Código Penal", afirmou a secretária.

Na avaliação da secretária, a execução das ações de fiscalização, como a exigência de Boletim de Ocorrência para validar o relatório de fiscalização de trabalho análogo ao de escravo limita o trabalho dos Auditores Fiscais. "Essa regra limita

a competência do auditor fiscal do trabalho e condiciona a fiscalização do trabalho escravo à atuação policial", disse Piovesan, que alertou o grave risco que a portaria impõe para a "lista suja" do trabalho escravo, já que ela determina que "o nome do empregador só irá para o Cadastro de Empregadores autuados por trabalho análogo ao de escravo, se e somente se, houver determinação expressa do Ministro do Trabalho".

Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Federal pediram revogação do texto

O repúdio à Portaria nº 1.129/17, publicada pelo governo Temer, segunda-feira, 16, que libera o trabalho escravo ao limitar a fiscalização, dificultar as denúncias e ações de flagrante e blindar os empresários praticantes do crime, ocultando seus nomes da 'Lista Suja do trabalho escravo', vem aumentando em diversas setores da sociedade.

As novas regras de Temer compõem pleito antigo da bancada ruralista no Congresso, e foi editada às vésperas da votação de denúncia contra o presidente na Câmara dos Deputados, numa clara ação de moeda de troca para agradar escravagistas e beneficiar o presidente (ver matéria sobre a votação na CCJ desta quarta na página 3).

Um dos que comemoram a medida foi o ministro da Agricultura, Blairo Maggi: "Para mim não é um retrocesso. Para mim é uma afirmação de como as coisas devem acontecer daqui para frente". "Ninguém" quer ou deve ser favorável ao trabalho escravo, mas "não é justo" alguém ser penalizado por "questões ideológicas ou porque o fiscal está de mau humor", disse o representante da casa grande.

REAÇÕES

Logo após o governo editar a medida, o Ministério Público do Trabalho (MPT), Ministério Público Federal (MPF) e a Procuradoria Geral da República, Associações de Juízes e Advogados do Trabalho, Sindicato dos Auditores Fiscais e artistas, se manifestaram pedindo a revogação da Portaria, considerada ilegal e inconstitucional.

Na terça-feira, 17, o MPT e o MPF enviaram a Michel Temer uma carta pedindo a revogação da Portaria, que altera o conceito de trabalho escravo, pois anula "condições degradantes de trabalho" e condiciona essa situação apenas à "privação da liberdade de ir e vir". Para os órgãos que condenaram a medida, essa alteração contraria tanto o Código Penal quanto as convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Na lei brasileira, trabalho escravo é "reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto". Para os órgãos que condenaram a medida, essa alteração contraria tanto o Código Penal quanto as convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Em entrevista à Folha de S. Paulo, na quarta-feira, 18, o procurador-geral

'Portaria fere Constituição ao violar dignidade humana', afirma Dodge

Além da carta recomendação entregue ao ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, entregou também um ofício afirmando que o trabalho escravo viola a dignidade e não apenas a liberdade da pessoa humana. "E por esta razão que, ao adotar um conceito de trabalho escravo restrito à proteção da liberdade e não da dignidade humana, a Portaria nº 1129 fere a Constituição, que a garante em seus artigos 1º-III (ao estabelecer que a República tem por fundamento a dignidade da pessoa humana) e 170-caput (ao estabelecer que a ordem econômica tem por finalidade assegurar a todos existência digna e é fundada na valorização do trabalho humano)".

A procuradora afirmou também que "a portaria

do MPT, Luiz Eduardo Bojart, ressaltou que "com uma simples portaria, o governo está desconstruindo todo um conceito legal do que seria o trabalho escravo. Voltamos à situação de dois séculos atrás, quando o trabalho escravo exigia restrição à liberdade de locomoção, ou seja, tem que ter senzala, tronco, grilhões, chicote. O conceito moderno inclui condições análogas à escravidão, condições de trabalho degradantes. Então esse é um absurdo jurídico, uma monstruosidade. Estamos perplexos", disse o chefe do MPT.

Ainda na entrevista, Bojart afirma que a medida não traz nada de positivo: "O que eu vejo é uma pequena parcela do empresário brasileiro sendo favorecida", diz.

O procurador-geral também falou sobre a decisão do governo de esconder os nomes dos empresários flagrados cometendo trabalho escravo, antes divulgados na 'Lista Suja'. Com a Portaria, os nomes só serão divulgados após determinação "expressa" do ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira: "A censura imposta à divulgação da chamada 'lista suja' é flagrantemente uma subtração à cidadania brasileira, em benefício do mercado dos escravagistas".

"A lista é uma informação extremamente relevante para as cadeias produtivas, e a portaria é expressa em afirmar que a relação das empresas não será divulgada sem autorização do ministro. É uma regra que só favorece os escravagistas, que vão se esconder sob critério arbitrário do ministro do Trabalho, sem nenhum pressuposto técnico", denunciou.

O documento assinado pelo MPT e pelo MPF foi entregue ao ministro do Trabalho pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que encaminhou também um ofício rejeitando a Portaria (ler matéria abaixo).

Na carta recomendação, em contraponto à caracterização de trabalho escravo apenas como "cerceamento da liberdade", os órgãos ressaltam que "o art. 149 do Código Penal prevê para fins legais o conceito de trabalho em condições análogas a de escravo, como sendo a submissão de alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, assim como a submissão a condições degradantes de trabalho e a restrição de locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto".

Diante dos argumentos, o MPT e MPF pedem a revogação da Portaria, por "vício de ilegalidade", e fixam ainda um prazo de dez dias para o governo responder à recomendação.

FHC: 'Espero que o presidente reveja essa decisão desastrosa'

O ex-presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, se posicionou na segunda-feira (16) contra a regra publicada pelo governo Temer, que limita o combate ao trabalho escravo. "Espero que o Presidente da República reveja esta decisão desastrosa", disse FHC.

Segundo Fernando Henrique Cardoso, é "inaceitável" a Portaria do Ministério do Trabalho, e espera que

o "governo corrija o mais brevemente possível esse retrocesso na luta pelos direitos humanos". Para ele, a expressão "trabalho escravo" não se limita à escravidão por dívidas nem à obrigatoriedade física de permanência do trabalhador na área de trabalho, "embora estes obviamente sejam claros indicadores da malfadada prática", declarou FHC em sua página no Facebook.

HP ESPORTES

VALDO ALBUQUERQUE



Sem emoções, partida ficou no 0 a 0 Timão empata com Grêmio e mantém folga na liderança

Independente do resultado da partida entre Santos e Sport, na quinta-feira, o empate em zero a zero do Corinthians e Grêmio na quarta manteve com folga a liderança do Alvinegro de Parque São Jorge no Brasileirão.

Sem grandes emoções, o empate morno acabou favorecendo o Timão, apesar da nítida queda de produção em relação ao primeiro turno, principalmente do setor de criação, notadamente Jadson e Rodrighinho. Como os adversários não aproveitam, a equipe de Carille segue na frente.

Na zona da degola, o Coritiba venceu o Cruzeiro por 1 a 0 no Couto Pereira, gol contra de Diogo Barbosa. O resultado mantém a Raposa no G-7 - já classificada à Taça Libertadores, pela conquista da Copa do Brasil.

No Estádio Ressacada, o Botafogo arrancou um empate em 1 a 1 com o Avaí, com gol de Marcos Vinícius aos 50min do segundo tempo. Marquinhos anotou para a equipe catarinense. O grande destaque da partida foi o goleiro alvinegro Gatito Fernández, com pelo menos cinco grandes defesas. O Glorioso segue no G-7 e o Avaí, no Z-4.

Seleção - Exceto o Flamengo, os demais 19 clubes da Série A vão ajudar Tite e a Comissão Técnica na preparação para a Copa do Mundo, observando as seleções adversárias e enviando relatório para o treinador da Seleção. A definição de quem vai observar quem foi feita por sorteio na CBF. Serão 27 seleções avaliadas, menos as classificadas pela América do Sul. A Alemanha, atual campeã, será observada pelos analistas do São Paulo. Os relatórios recebidos dos clubes serão cruzados com aqueles elaborados internamente pelo Centro de Pesquisa e Análise (CPA) da CBF.

Delegação brasileira ao Festival leva solidariedade aos povos na luta contra agressão imperialista

O Brasil participa do festival com cerca de 100 delegados de todo o país. Os jovens do Brasil destacaram sua solidariedade aos povos em luta contra a agressão e a pilhagem perpetrada pelo imperialismo norte-americano, e também sua repulsa às medidas antipopulares e de arrocho adotadas pelo governo do presidente Michel Temer (PMDB).

"O festival é um grande fórum da Juventude, o maior do mundo, aqui se reúnem jovens das frentes populares, democrática, progressista de todo o mundo. Para nós é muito importante expor a todos os ataques aos direitos sofridos pelo nosso povo com o governo antipopular de Michel Temer. O avanço desenfreado das privatizações, da entrega do patrimônio público às multinacionais imperialistas, a mutilação da reforma trabalhista, o ataque a previdência social, a tentativa de entregar a Amazônia, dentre tantas outras", afirmou o Coordenador Nacional da Juventude Pátria Livre, Gabriel Alves.

Esse Festival Mundial da Juventude é especial, por ser na Rússia e neste momento da história, "o centenário da Revolução socialista de Outubro na Rússia é uma data muito importante, trazer o festival de novo para cá renova os valores morais, éticos e de uma sociedade mais justa, soberana tão apreciados pela juventude brasileira. Estar aqui, comemorar esta data, homenagear o Che renovam nossas esperanças", afirmou Caio Guilherme, presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo, UMES.

"Outra importante contribuição da juventude brasileira no Festival é a solidariedade. Prestamos publicamente aqui nossa solidariedade ao povo sírio, cubano, norte-coreano e outros. Uma importante de união entre os jovens do mundo, além do intercâmbio cultural e de experiência na luta antiimperialista", destacou Caio A.C. e M.C.

Venezuela: o duro golpe sofrido pelo PSUV nas eleições regionais

"Apesar de ter perdido só cinco governos estaduais, esses Estados representam um golpe significativo em termos de importância geopolítica e econômica" para o Partido Socialista Unido da Venezuela, PSUV, e para o presidente Nicolás Maduro, afirmou Javier Antonio Vivas Santana, membro do movimento Marea Socialista, avaliando os resultados das eleições regionais acontecidas no domingo (15).

O PSUV, de acordo com as informações do Conselho Nacional Eleitoral, CNE, ganhou em 18 dos 23 estados do país, fato que é contestado por vários setores da oposição, não apenas os da direita. "O fato de perder Zulia e Táchira, principais estados fronteiriços, o primeiro sendo o principal produtor de petróleo, e o segundo, por onde se concretiza a maior atividade comercial não petrolífera do país, representa para o governo uma imensa perda política que, além disso, deixa em evidência que se tem abandonado as fronteiras do país, fechando a passagem aos próprios venezuelanos a cada vez que queria o governo, e pior, destruindo essa parte de nossa geografia para que grupos ilícitos se apoderassem de nosso território com a indústria do narcotráfico, o sequestro e o contrabando com a maior impunidade, ao ponto de que até os tiroteios já são parte dos afazeres de paramilitares e delinquentes na própria ponte internacional 'Simón Bolívar', localizada na passagem limítrofe da cidade de San Antonio del Táchira", disse Santana, em artigo no portal Aporrea.

O professor analisa ainda o turismo que representa uma importante atividade dessas regiões, aportando recursos e empregos para um grande número de trabalhadores, e observa que "é óbvio que a crescente inflação, a deterioração dos salários, a falta de eficiência dos serviços públicos, sem esquecer que até no estado de Mérida falhou a energia elétrica em meio ao 'funcionamento' do teleférico ou, lembrando

que só há um 'ferry' fazendo a travessia entre a Ilha Margarita e Porto La Cruz (estado Anzoátegui), assim como destacar que o transporte aéreo tem sido muito afetado em nível nacional e internacional, são aspectos que liquidam por completo o 'madurismo' em matéria turística".

"Isso equivale a dizer que sobre nossas regiões limítrofes não lhes importa o mínimo o conceito de soberania e nação, além de uma esgotada e desequilibrada verbosagem antiimperialista, enquanto, sobre o turismo, por ser esta uma atividade onde a corrupção ao que parece não destila muito sobre as atividades políticas, a deixaram ao Deus dará".

Santana questiona ainda "como pode o 'madurismo' perder 2,6 milhões de votos em tão curto tempo, se tomamos como referência que, nestas eleições regionais, obtiveram pouco mais de 5,7 milhões de votos contra os anunciados 8,3 da eleição para a Assembleia Constituinte, ocorrida há menos de 90 dias?".

Sobre a apresentação do resultado da eleição de domingo como sendo uma vitória acachapante, Santana pontua que "o 'madurismo' quer fazer ver uma esquelética vitória de apenas 600 mil votos, como se fosse um 'grande triunfo', quando a verdade é que se algo ficou a descoberto é a ilegitimidade e ilegalidade dessa 'constituinte' que, ainda por cima, pretende se atribuir uma 'supra-constitucionalidade' que não existe em nenhuma forma jurídica. E, mais ainda, quando fica evidente que não têm como justificar os supostos mais de 8 milhões de votos que teriam 'obtido' no 30 de julho".

A conclusão de Javier Santana é de que a vitória do governo nas eleições regionais foi uma vitória de Pirro, ou seja, conseguida a alto preço e que pode acarretar grandes prejuízos, e que "a 'constituinte' ficou deslegitimada pelos próprios votos 'maduristas'".

SUSANA SANTOS

Tropas da ocupação israelense atacam as sucursais da AFP e RT em território da Palestina

O provedor da agência de notícias RT na região palestina da Cisjordânia, Pal Media, foi tirado do ar durante uma rajada das tropas de ocupação israelenses sobre unidades de mídia palestina.

Sob pretexto de que as centrais de notícias estariam "incitando o terrorismo" os ocupantes da Palestina atacaram as agências na noite de terça, 17.

Também foram fechadas sucursais da BBC, AFP, France 24 e a libanesa Al Mayadeen. No caso da Pal Media, de acordo com o correspondente da RT, Yafa Staty, todo o equipamento e materiais de jornalismo

e escritório foi confiscado. Com o fechamento do servidor da Pal Meida, a intenção é danificar as transmissões dos canais de TV palestinos, Al-Quds, Al-Aqsa e Palestine Today.

A rajada é uma reação hostil aos entendimentos - após anos de rixa - entre as organizações palestinas Hamas e Fatah. O governo israelense tem declarado que não negocia com autoridade que unifique as forças palestinas. Na intenção de perpetuar a ocupação e o apartheid, seu interesse é que os palestinos, ao invés de se unirem em torno de seus direitos nacionais, se desentendam e briguem.

Rússia recebe 25.000 jovens de 150 países em Festival Mundial



Festival da Juventude homenageou centenário da Revolução Socialista Soviética

Delegação da Juventude da Síria: "A batalha que travamos contra o terrorismo faz parte da luta contra o imperialismo"

"O terrorismo apoiado pelos EUA e vassalos associados da Turquia, Qatar, Arábia Saudita, além dos ataques dos sionistas, levaram ao deslocamento de milhares de famílias sírias a países vizinhos e da Europa", afirmou Nidal Ammar, integrante da delegação da juventude síria ao 19º Festival Mundial da Juventude e Estudantes.

Nidal, que participou de debates nas sessões sobre a crise dos refugiados como resultado da agressão imperialista, acrescentou que, agora,



Delegação da Juventude da Síria ao Festival

com a maior parte do país livre da praga que assolou, "o Estado sírio está trabalhando para garantir o retorno dos expatriados a suas casas e para lhes prover a assistência necessária".

Ammar Kadeh, outro membro da delegação

disse que a Síria, mais do que ninguém deseja aproveitar oportunidades como esta, do encontro em Sochi, para estreitar relações com organizações de juventude e de estudantes que apoiam causas justas em todo o mundo".

Dirigente da Confederação da Unidade Sindical da Guatemala em entrevista ao Hora do Povo:

"Governos submissos aos EUA aumentam perseguição e assassinato de sindicalistas por toda a Guatemala"

"Na Guatemala, governos submissos aos Estados Unidos impedem a liberdade sindical e a negociação coletiva, ao mesmo tempo em que aumentam a perseguição, o cerco à organização e multiplicam o assassinato de lideranças que defendem os direitos dos trabalhadores", afirmou Carlos Mancilla, secretário-geral da Confederação da Unidade Sindical da Guatemala (CUSG), que visita São Paulo, em exclusiva para o HP.

Conforme o dirigente, a impunidade serve de estímulo "para que as empresas continuem acabando com a vida de quem luta por melhores condições de vida e de trabalho". "Denunciamos à Organização Internacional do Trabalho (OIT) que, entre 2007 e 2012, tivemos 58 sindicalistas assassinados. Passou o tempo, nenhum mandante ou assassino foi preso e, agora, já somam 88, deixando o terror ainda mais presente", sublinhou.

Mancilla alertou que "os crimes bárbaros são mais do que um recado para os que não abaixam a cabeça". A mais nova vítima desta onda de execuções foi o dirigente do Sindicato de Trabalhadores de Carnes Processadas Bremen (Sintrabremen), Tomás Francisco Ochoa Salazar, de 38 anos. Ele estava saindo da empresa no dia 1º de setembro quando foi alvejado e morto por motoqueiros, que também feriram seu colega Andy Noel Godínez.

"O dirigente anterior do Sintrabrem já havia sido comprado pela empresa e sumiu. Então, poucos dias antes do assassinato de Tomás, lhe ofereceram um cheque em branco para que preenchesse com o valor que bem entendesse e deixasse de pressionar. Assim, a entidade ficaria descabeçada. Tomás rasgou o cheque e, logo depois, o mataram", denunciou Mancilla. Infelizmente, asseverou o líder da CUSG, "esta é uma prática comum no país, que vem ganhando requintes de crueldade". "Trabalhadores rurais da fazenda São Marcos, produtora de café, vinham cobrando que a empresa pagasse o Seguro Social, que já havia descontado, a fim de que pudessem ter acesso aos seus direitos sociais. Durante o ato, o guarda da fazenda abriu fogo contra um senhor de terceira idade, que morreu sem ter sequer o acesso à aposentadoria", contou.

O próprio Mancilla teve sua residência atacada em dezembro



Carlos Mancilla, secretário-geral da CUSG

de 2007 e cravejada de balas, no momento em que acompanhava a denúncia internacional do assassinato de um sindicalista da região bananeira. "Foram tiros na porta, nas janelas e vidros". "Como entre 28 e 30 de janeiro de 2008 estava se realizando a 1ª Conferência Internacional Contra a Impunidade (Cicig), criada pela ONU com a colaboração do governo guatemalteco dois anos antes, no dia 26 de janeiro chegou um pessoal do Ministério Público na minha casa para dizer que algo havia sido feito. Então, 27 dias depois do atentado disseram que não podiam fazer nada porque o ambiente havia sido 'contaminado'. Parece piada, mas não é".

Com demissões massivas e fechamento de sindicatos para inviabilizar qualquer negociação coletiva, acrescenta Mancilla, transnacionais como as maquiadoras não aceitam nem mesmo a sombra de um sindicalista por perto, submetendo os empregados a salários aviltantes e a jornadas extenuantes. Para completar a desgraça, acrescentou, "as maquiadoras recebem 10 anos de desoneração de impostos e, quando deveriam começar a pagar ao governo, desaparecem, reaparecendo com outro nome também sem pagar aos trabalhadores o 13º salário, as férias ou qualquer direito devido".

FALCATRUAS

Conforme o sindicalista, a prisão do ex-presidente Otto Pérez Molina, de sua vice Roxana Baldetti e de todo o seu ministério por crimes de corrupção - com a única exceção do ministro do Trabalho, Carlos Contrera, "a caminho" - "serve de estímulo a todos para seguirnos buscando justiça". "O que dizer do nosso atual presidente, Jimmy Morales, que ofereceu a Donald Trump mão de obra barata para fazer o muro na fronteira dos EUA com o México?", questionou, recordando

O 19º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes se realiza em Sochi com o lema: "Pela paz, solidariedade e a Justiça Social, lutamos contra o imperialismo"

No último domingo aconteceu a abertura do 19º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, em Sochi, na Rússia, que conta com a participação de 25 mil jovens de 150 países.

O presidente da Rússia, Vladimir Putin, esteve presente à abertura, que contou com diversas apresentações culturais de música e dança do país anfitrião.

Putin lembrou dos festivais de 1957 e 1985 em Moscou, ainda sob o regime socialista. "Desde aquela época, o festival luta pela paz, pela crença de que a juventude, com a sua sinceridade e gentileza, poderia quebrar o gelo da desconfiança e ajudaria a livrar o mundo de toda injustiça, guerras e conflitos", disse o presidente russo.

O festival é organizado pela Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), e acontece a cada quatro anos. Uma oportunidade para que jovens de todo o mundo estabeleçam e laços na luta anti-imperialista e pela paz. Esta edição comemora o centenário da Revolução Socialista na Rússia, homenageia os 50 anos da morte de Ernesto Che Guevara, e se organiza sob o tema: "pela paz, a solidariedade e a justiça social, lutamos contra o imperialismo - honrando nosso passado construímos nosso futuro".

"De fato, há muita coisa que os pares de vocês, desde o primeiro festival, conseguiram alcançar. Eles provaram que barreiras não tinham poder algum contra a amizade genuína, que diferenças nacionais religiosas, culturais e muitas outras não tinham qualquer efeito no calor das relações entre as pessoas e os povos (...) estou certo de que vocês - a juventude de diferentes países, nacionalidades e crenças - partilham de sentimentos, valores e ambições comuns, pela liberdade, a felicidade e a paz no planeta. É a juventude que tem maior condição de desafiar a forma como estão as coisas, por isso continuam lutando para mudar o mundo e torná-lo um lugar melhor. Boa sorte", acrescentou.

O presidente da FMJD, o cipriota Nikolas Papadimitriou, discursou na abertura do festival defendendo a luta anti-imperialista no mundo e ressaltando a memória do centenário da Revolução Russa. Ele relembrou o primeiro festival, em 1947, em Praga, construído no bojo da luta anti-fascista. "Desde então o festival se desenvolveu e se fortaleceu. Junto

com o filho e o irmão do atual presidente foram denunciados por corrupção, "envolvidos com falcatruas já no governo de Otto Pérez Molina".

Os protestos frente aos abusos de Jimmy Morales contra a soberania nacional, particularmente diante da submissão às mineradoras transnacionais e sua perseguição à Comissão da ONU Contra a Impunidade tem se alastrado pelo país, que cobra justiça. "É preciso lembrar que como o Congresso apoiou o governo, o povo tomou a sede da instituição e fez os parlamentares de reféns. No feriado de 15 de setembro, dia da nossa independência, milhares foram às ruas para repudiar os parlamentares e os meios de comunicação que, por meio da manipulação, tentam dar sustentação a suas medidas".

Para tornar ainda mais difíceis as coisas para o sindicalismo, a atual ministra do Trabalho foi colocada pela embaixada dos EUA para defender o Tratado de Livre Comércio (TLC) com o país do norte, por meio do qual impõem aos guatemaltecos condições extremamente desvantajosas, em prol de suas empresas.

"Temos uma ministra mulher, indígena, que permite que direitos sindicais e trabalhistas sejam constantemente violados por mineradoras. Somos contrários à ratificação da Convenção 175 da OIT, que permite o trabalho temporal ou parcial, ao mesmo tempo em que somos favoráveis à Convenção 189, que disciplina o Trabalho Domiciliar. Mas a ministra foi ao Congresso para aprovar o que os trabalhadores são contra e rechaçar o que somos a favor. São práticas que revelam as orientações deste governo. Sua verdadeira sede é a embaixada norte-americana", concluiu.

LEONARDO SEVERO



Guilherme Bianco, da Juv. Pátria Livre, em plenária do 19º Festival da FMJD

com a FMJD, as vozes dos povos oprimidos se elevam. Milhares de pessoas da Ásia, Europa, América Latina, no Oriente Médio e África encontraram na luta anti-imperialista, de solidariedade internacional e amizade entre os povos, as características e os ideais necessários ao desenvolvimento dos povos".

O presidente do Partido Comunista da Federação Russa, Guennadi Ziuganov, participou como palestrante no debate "As conquistas e objetivos da Revolução Socialista de Outubro". Ele começou convidando a todos às comemorações que o partido fará, no próximo mês, dos 100 anos da Revolução. Para ele "a revolução proletária no nosso país mudou dramaticamente a cara do planeta. Pós a Rússia no caminho do socialismo, resolveu a crise nacional e salvou o país da destruição. A grande revolução de outubro livrou a Rússia do capitalismo e da opressão nacional. Para os povos da Terra, se tornou um exemplo e um chamado na busca por um futuro que a humanidade merece".

O líder russo também ressaltou que a crise atual por que passa o mundo é uma consequência direta do neoliberalismo, que "deixou de lado todo vestígio de democracia e direitos humanos, a essência parasita desse capitalismo não vai desaparecer a menos que seja destruída! E por isso que a juventude está aqui hoje reunida na luta para destruir o imperialismo, cabe também aos jovens lutar para construir uma sociedade mais justa, fraterna e solidária, uma sociedade socialista. Afinal, não pode haver revolução sem a juventude", concluiu Ziuganov.

O festival também prestou solidariedade a Cuba, contra o embargo econômico, pelo desenvolvimento socialista. Aleida Guevara, filha de Che esteve presente. Brasil, China, Vietnã, Rússia, Brasil, Estados Unidos, Venezuela, Peru, Coreia do Norte, Bolívia, e muitos outros países estiveram presentes no ato de solidariedade.

ANA CAMPOS e MAÍRA CAMPOS de Sochi, Rússia



Integrantes da delegação brasileira em Sochi

Síria: Raqqa é reduzida a ruínas após 10 meses de bombardeio norte-americano

Os bombardeios perpetrados pelos EUA contra a cidade de Raqqa, dita "capital" do bando terrorista Estado Islâmico, deixou a cidade em ruínas, tornando 300 mil habitantes refugiados, agora sem abrigo, e com dificuldade de acesso a água potável, medicamentos ou alimentação. Desde janeiro, os EUA jogaram mais de 3 mil bombas de forma indiscriminada sobre a cidade ocupada pelo EI, matando pelo menos 3.250 pessoas (informação do, no caso, insuspeito Observatório Sírio para os Direitos Humanos, sediado em Londres e que desde o início do conflito atua em favor dos grupos que tentavam derrubar o governo sírio).

O jornalista norte-americano, Roy Gutman, em sua matéria "Os Estados Unidos dizem estar destruindo Raqqa para salvá-la dos terroristas, enquanto os civis que se danem", publicada no portal The Daily Beast, denuncia que os bombardeios atingiam os residentes ou os que tentavam fugir para salvar suas vidas: "Bairros inteiros estão sendo aplaniados pelos bombardeios,

com pouca ou nenhuma consideração pelos civis que não conseguiram fugir do interior. É como lançar uma bomba nuclear por etapas".

Soldados dos EUA, que invadiram a Síria a pretexto de combate ao terrorismo, violando a soberania do país, aparecem na mídia comemorando a "queda do Estado Islâmico em Raqqa" ao lado das Forças Democráticas Sírias, de etnia curda, que por sua vez se apoiam nos invasores dos EUA na expectativa de dividir a Síria.

A destruição foi apontada pelo porta-voz do Secretário-Geral das Nações Unidas, Stéphane Dujarric, como um dos motivos pelos quais "grande parte da cidade está danificada ou destruída".

O ministro da Defesa russo, Sergei Shoigu, condena os bombardeios de "áreas residenciais ocupadas por civis, conduzidos pelos Estados Unidos, juntamente com a destruição deliberada de todas as fontes de água de Raqqa, não trouxeram nada além de milhares de vítimas civis".

Lava Jato lusa flagra conexão Passos Coelho & Odebrecht

EUA: Lamonte McIntyre, negro, é libertado depois de 23 anos preso por crime que não cometeu

Depois de passar preso 23 anos por um crime que não cometeu, o negro norte-americano Lamonte McIntyre foi libertado de uma penitenciária do Kansas, após ser inocentado de duplo homicídio e declarado vítima de erro judicial. McIntyre, que está no cárcere desde os 18 anos de idade, sempre negou o crime. “É lindo aqui fora”, foram suas primeiras palavras em liberdade, ao receber o carinho dos familiares.

Em mais um caso de ‘justiça’ venal e racista, a condenação havia sido feita com base em depoimentos de testemunhas que mais tarde se retrataram ou foram desqualificados. O novo promotor encarregado do caso, Mark Dupree, disse que a nova informação coloca em xeque a identificação de McIntyre como o assassino. “À luz desta informação (...) meu gabinete está pedindo à Corte que determine que existe uma injustiça manifesta”, anunciou. A libertação de Lamonte vinha sendo pedida também por manifestantes nas ruas.

“Estou bem, estou feliz”, disse McIntyre aos jornalistas à porta do tribunal de Wyandotte County, ao ser libertado. “Agradeço a Deus, agradeço a toda a gente que me apoiou”, acrescentou antes de abraçar a mãe, Rosie McIntyre, segundo relato do jornal The Kansas City Star, que desde o ano passado vinha denunciando o caso.

Apesar de não haver motivo, arma ou provas físicas que ligassem o jovem negro ao crime, ou sequer provas de que conhecesse as vítimas, um homem de 21 e outro de 34, ele foi preso horas depois do assassinato apenas porque uma testemunha disse que o assassino era parecido com um rapaz que conhecia, chamado Lamonte. Em suma, era o negro da vez.

O testemunho contra ele, de parte de uma parente de uma das vítimas, foi retirado mais tarde, após essa mulher revelar que tinha sido pressionada por um detetive. Também se tornou público posteriormente a existência de uma relação romântica entre uma das advogadas de acusação e o juiz do caso. Assim, há anos familiares e amigos das vítimas já admitem que o jovem não foi responsável pelas mortes.

Nas audiências que o levaram a ser inocentado, a conduta pusilânime do detetive, já aposentado, a parcialidade do juiz e a falta de provas e de testemunhas foram salientadas pela advogada Cheryl Pilate, no caso há oito anos. E depois a besta do Trump faz beicinho quando os craques do futebol americano tocam o chão com o joelho durante o hino para denunciar o racismo, a injustiça e a impunidade nos EUA.

Saif al-Islam Kadafi quer unidade dos líbios para reconstruir a nação

O advogado Khalid al Zaidi, que representa Saif al-Islam Kadafi, filho do líder líbio assassinado durante a guerra da Otan à Líbia, declarou em entrevista que “o retorno de Saif al-Islam contribuirá para a luta política porque seu compromisso é diferente dos que se contentam em “fechar acordos uns com os outros, protegendo seus interesses privados que não tem nada a ver com as necessidades dos líbios comuns”.

Segundo o representante do filho de Kadafi, é necessário superar imediatamente “negociações que de nada servem, pois correspondem aos planos de países estrangeiros que se beneficiam da longa crise que provocaram”.

Khalid al Zaidi, disse ainda que Saif al-Islam Kadafi “busca unir todos os que rejeitam a intervenção estrangeira na Líbia” e denuncia que os sete anos de invasão do rico país africano trouxeram tão somente “sofrimentos, guerra, destruições e fome” para seu povo.

Diante do impasse em que uma Líbia arrasada e ocupada por militares estrangeiros foi jogada após o assassinato de seu líder, Zaid defende que o retorno Saif al-Islam Kadafi, ajudará o país a reconquistar sua soberania e buscar o desenvolvimento.



Passos Coelho, ex-primeiro-ministro, sucedeu a José Sócrates, principal investigado pela Operação Marquês

Juiz bloqueia novo decreto xenófobo de Trump

A poucas horas da sua entrada em vigor, o terceiro decreto anti-imigração de Donald Trump para barrar a entrada de cidadãos de oito países nos EUA foi suspenso na terça-feira (17) à noite por um juiz federal do Havai, Derrick Watson - o mesmo que bloqueou os dois decretos anteriores com o mesmo objetivo.

O terceiro decreto anti-imigração de Trump, que ficará temporariamente suspenso até a Suprema Corte se pronunciar sobre a sua constitucionalidade, visa banir a entrada nos EUA de cidadãos do Irã, da Síria, da Líbia, da Somália, do Iêmen, do Chade e da Coreia do Norte, bem como integrantes sancionados do governo Maduro. A ordem anterior, que veio substituir

o primeiro decreto suspenso e que foi parcialmente restabelecida pelo painel de juizes do Supremo em junho e em julho, abrangia apenas países de maioria muçulmana, seis deles ainda incluídos na atual lista.

Na medida cautelar, o juiz Watson assinala que Trump não tem poderes para impor tais restrições sob a atual lei de imigração, sublinhando que o novo decreto “sofre precisamente dos mesmos males que o antecessor”. Ele acrescenta que o terceiro decreto ignora a sentença de um tribunal de recurso que, há alguns meses, acusou o Presidente de estar excedendo os limites da sua autoridade com essas ordens anti-imigração.

A Casa Branca segue

alegando que o último decreto, ao contrário dos anteriores, tem por base uma revisão mundial dos protocolos de segurança e de partilha de informações com outros países.

Mas o estado do Havai contrapõe que o acréscimo da Coreia do Norte e da Venezuela à lista de países abrangidos não anula o fato documentado de que Trump passou sua campanha presidencial prometendo “impedir completa e totalmente a entrada de muçulmanos nos EUA”. Também os estados da Califórnia, Nova Iorque, Massachusetts, Washington, Oregon e Maryland, assim como entidades de defesa de direitos civis, como a ACLU, estão buscando bloquear judicialmente o novo decreto xenófobo de Trump.



Prisão de dois separatistas pelo governo de Rajoy levou de novo Catalunha às ruas

200 mil tomam as ruas de Barcelona contra prisão de líderes separatistas da Catalunha

Duzentos mil manifestantes acenderam velas e tomaram as ruas de Barcelona na terça-feira à noite contra a prisão dos ativistas Jordi Sánchez e Jordi Cuixart, líderes das ONGs Assembleia Nacional Catalã (ANC) e Omnium Cultural, acusados de terem contribuído para a realização do referendo separatista da Espanha.

Ambos Jordis são investigados por “sedição”, crime que castiga com penas até 15 anos quem “agir publicamente e de forma tumultuosa” para “impedir, por força ou fora das vias legais, a aplicação de leis”, ou para “impedir a qualquer autoridade o legítimo exercício das suas funções ou cumprimento de

acordos ou resoluções administrativas ou judiciais”.

Obviamente a truculência com que o governo de Mariano Rajoy vem enfrentando o problema separatista só tem agravado ainda mais a tensão. O encarceramento jogou gasolina no fogo fazendo com que os protestos extrapolassem a Catalunha, chegando a cidades como Valencia, Palma de Maiorca e mesmo Madri.

“Essas detenções são injustificáveis. Infelizmente, a Espanha voltou à terrível tradição de manter presos políticos”, declarou o porta-voz da Assembleia Nacional Catalã, Adrià Alsina. Para o representante da ANC, “o governo

central fez um trabalho excelente para alienar parte da sociedade, e o que era uma questão nacional virou um assunto humano após a ação da polícia nacional no 1º de outubro”. “E agora isso se agravou, com a prisão de dois ativistas absolutamente pacíficos. O governo espanhol não sabe o que está fazendo”, acrescentou.

Integrante do bloco independentista do Parlamento catalão, a deputada Mireya Boya disse que os diálogos com o governo espanhol “perderam qualquer validade”, uma vez que Rajoy respondeu ao convite ao diálogo fazendo “novos presos político.

Diante da obscena cobrança do consórcio Grupo Lena-Odebrecht para receber “indenização” de 170 milhões de euros sem ter feito obra alguma, o então premiê Coelho prevaricou ao não acionar a Justiça

A corrupção investigada pela Operação Marquês – a Lava Jato portuguesa – agora chega ao governo Pedro Passos Coelho, cujo secretário de Obras, Sergio Monteiro, e com Portugal sob o tacão brutal da Troika, aceitou que fosse uma ‘corte arbitral’ – e não um tribunal – que decidisse sobre obscena indenização de 170 milhões de euros pedida pelo consórcio Elos, sem que houvesse sido construído um centímetro de ferrovia do trem-bala.

O principal acusado das investigações é o ex-primeiro-ministro socialista José Sócrates - que ficou preso por nove meses e agora está em prisão domiciliar -, junto com empresários do falido Banco Espírito Santo, operadores da Portugal Telecom (sócia da brasileira Oi), empreiteiras lusas em consórcio com a Odebrecht e seus laranjas. Conforme o ministério público português, foi graças a Sócrates, que governou de 2004 a 2011, que o consórcio de que a brasileira Odebrecht fazia parte obteve o contrato.

Os fatos configuram “a prática de crimes de corrupção ativa e passiva de titular de cargo político e prevaricação”, assinalaram os procuradores portugueses, apontando a responsabilidade do então secretário de Obras do governo Passos Coelho, Sergio Monteiro.

A ação “obscura” de Monteiro – a descrição é do MP – é ainda mais injustificável tendo em vista que a Troika desembarcara em Portugal de forma inclemente, os cofres públicos estavam à míngua e Berlim e o FMI exigiam todo tipo de corte de gastos e achavam salários e aposentadorias. Além da indenização, também está sob investigação a “reestruturação” do pacote de financiamento do projeto, igualmente cometida pelo governo Passos. Ao todos, são 15 inquéritos abarcando o trem-bala.

Segundo a acusação, o então primeiro-ministro Sócrates “envidou esforços” para que fosse o consórcio Elos em que participava o Grupo Lena [e a Odebrecht], para o qual trabalhava o seu amigo Carlos Santos Silva, que vencesse a licitação para a parceria pública privada destinada a projetar, construir e manter durante 40 anos a ferrovia de alta velocidade no trecho

Poçoirão-Caia. O consórcio incluía, ainda, a Brisa, a Soares da Costa, a Edifer, a Zagope e a Caixa Geral de Depósitos. A Odebrecht é ré confessa de corrupção em 12 países.

No favorecimento, atuou também um então diretor da estatal Rave, Luis Marques, que em troca de propina de 5.000 euros mensais, no montante de 105.000 euros, passou informações privilegiadas ao consórcio. A Rave foi criada pelo governo Sócrates para planejar a implantação do trem-bala.

Documento do consórcio apreendido pelos investigadores revela atuação para “influenciar o governo para as soluções técnicas” que lhes proporcionassem vantagens comparativas. Acrescenta ainda que “através do relacionamento com os projetistas da Rave” – pode-se bem imaginar que tipo de “relacionamento” – serão obtidas “informações qualificadas” bem como se poderá “influenciar na adoção de soluções diferenciadas de engenharia”.

CLÁUSULA ILEGAL

De acordo com o apurado, o júri da licitação chegou a considerar não conceder a concessão a nenhuma das duas concorrentes, pois inclusive haviam piorado as ofertas iniciais. Ao final, a Elos conseguiu introduzir uma cláusula estabelecendo que se a obra fosse cancelada, o governo teria de pagar por todas as despesas. “Uma disposição que, segundo o Ministério Público, era proibida por lei. Para os procuradores, era nula e por isso não tinha validade jurídica”, assinalou o jornal Público.

Foi a essa cláusula que a Odebrecht e suas associadas apelaram para exigir uma quantia muito maior do que receberiam em circunstâncias normais. Entrevistado sobre a acusação, o ex-secretário de Obras do regime da Troika asseverou que “tudo foi feito de forma transparente e aberta” para “reduzir” o prejuízo do Estado com o cancelamento e “nada pesa na consciência do governo a que pertencia”. Ministro de Passos Coelho com “consciência” é o tipo da coisa capaz de provocar erupções descontroladas de riso na população que sofreu sob a Troika.

ANTONIO PIMENTA

Propinoduto regou ex-premiê José Sócrates com 24 milhões de euros

Na semana passada, Sócrates foi indiciado em 31 crimes e é acusado pelo Ministério Público português de ter se beneficiado em 24 milhões de euros pelo propinoduto. De um dos maiores escândalos envolve a fusão da Portugal Telecom com a brasileira Oi, intermediada por Lula e José Dirceu, que provocou perdas bilionárias para os acionistas portugueses e o BNDES. Carta rogatória enviada à Justiça brasileira pede esclarecimentos sobre “pagamentos de ‘prêmios milionários’ para a intermediação do negócio”, segundo o jornal português Correio da Manhã.

Para o MP, Carlos Santos Silva foi o testa-de-ferro que recebia o dinheiro das propinas em contas na Suíça. A maior parte, pagamentos feitos pelo presidente do Banco Espírito Santo, Ricardo Salgado, e envolvendo o imbróglho Oi/Portugal Telecom. Zeinal Bava (ex-presidente da Portugal Telecom e ex-presidente da Oi) e Henrique Granadeiro receberam 25 milhões de euros cada um como a parte que lhes coube nas negociações.

A acusação inclui um pedido de indenização civil a favor do Estado de 58 milhões de euros a ser pago por

Sócrates, Salgado, Santos Silva e outros cúmplices. Ao todo, são 164 processos.

Por notável coincidência com o que ocorre aqui do outro lado do Atlântico, a defesa de Sócrates pediu o afastamento do juiz Carlos Alexandre, “por não ser isento”. Também chama a acusação de “romance vazio de fatos” e de “perseguição ao cidadão José Sócrates”.

Sobre seus laços com o empresário Santos Silva, Sócrates explica que a amizade é linda. “Como podem dizer que, pelo fato do meu amigo sacar dinheiro, iria entregar a mim?”, indagou Sócrates com candura [foram 151 saques vultuosos em quatro anos]. Já sobre os empréstimos de Santos Silva que admitiu, o ex-primeiro-ministro afirmou achar normal a sugestão do empresário em lhe entregar em “numeração”. “Foi uma decisão dele e eu aceitei. Foi melhor assim”.

As investigações incluem episódios anedóticos, como o pagamento com dinheiro de propina ao professor que ajudou Sócrates em sua “tese de doutoramento” em Paris, e o reembolso de um blogueiro conhecido por elogiá-lo. A.P.

Donald Trump nega ter dito à viúva que soldado morto no Níger “sabia ao que ia”

Após a repercussão extremamente negativa de dizer à viúva de um soldado norte-americano morto no Níger que “ele sabia ao que ia”, o presidente Donald Trump veio a público asseverar que era “totalmente fabricado” o relato da senadora democrata Frederica Wilson, que testemunhou o “diálogo”. Em entrevista ao programa “Morning Joe”, da MSNBC, a senadora democrata da Florida disse ter ouvido Trump dizer a Myeshia Johnson que La David T. Johnson, um dos quatro militares norte-americanos que morreram numa emboscada no Níger, “sabia ao que ia”.

Frederica seguia no carro com a viúva e contou, ainda, que Trump, durante a conversa, foi incapaz de se lembrar do nome do soldado. “Ela chorou o tempo todo e, quando desli-

gou o celular, olhou para mim e disse - ‘Ele [Trump] nem sequer se lembra do nome do meu marido’”. Por meio de uma tuitada, Trump negou tudo e garantiu ter “provas” do que dizia. A senadora retrucou que ficava “indignada” com a “insensibilidade” mostrada pelo presidente bilionário.

A morte do sargento Johnson e mais três soldados norte-americanos, no dia 4, numa emboscada a 190 quilômetros ao norte da capital do Níger, Niamey, é uma consequência da intensificação das operações do Africom – o comando do Pentágono para ingerência na África -, e da destruição da Líbia, após a intervenção ianque e assassinato do líder Kaddafi, o que desestabilizou todo o Magreb e abriu espaço para o extremismo islâmico.

Iraque afirma controlar todo o petróleo da região de Kirkuk

O governo do Iraque afirmou a Sputnik que todos os campos petrolíferos de Kirkuk estão sob seu controle. “Todos os campos de petróleo de Kirkuk estão sob o controle das forças de segurança e do Ministério do Petróleo”, declarou na quarta-feira (18) o porta-voz do ministério do Petróleo iraquiano, Asim Jihad.

As instalações petrolíferas da região foram retomadas pelas Forças de Segurança do Iraque em conjunto com engenheiros do ministério do Petróleo e de funcionárias da Empresa Petrolífera do Norte. O governo comunicou o controle dos campos petrolíferos no dia 16, após ocupar as instalações das jazidas petrolíferas de Leilan, Baba-Karkar, Bai Hasan, as maiores da região, em conjunto com outras jazidas no

norte de Kirkuk. A ocupação dos campos iraquianos em Kirkuk pelos curdos se deu em meados de 2014, com a libertação da província que estava sob ocupação dos terroristas do Estado Islâmico. Desde então, a região passou a ser controlada por autoridades curdas, que chegaram a realizar um referendo pela independência da cidade, no dia 25 de setembro passado, visando obter poder sobre o petróleo da região. A votação foi qualificada como ilegal por Bagdá.

A cidade de Kirkuk está entre os principais centros urbanos do norte do Iraque. Embora sua reconquista tenha levado a alguns combates, houve poucas baixas, com 10 curdos mortos e um número ainda indeterminado de terroristas.

Os Andradas e outros heróis da Independência do Brasil - 11

Continuação da edição anterior

O primeiro Censo geral realizado no Brasil, 50 anos após a Independência, registrou que “nada menos que 3.330.390 eram ‘pardos’, 919.801 eram ‘pretos’, 387.075 eram ‘caboclos’ e os brancos eram 3.778.101”. Além disso, havia 1.510.806 escravos - e os índios não foram contados nem estimados. Portanto, os brancos eram minoria (45%) entre a população não escrava - e, evidentemente, mais ainda na população total do Brasil (38%)

CARLOS LOPES

A trajetória de Montezuma - que, depois da Guerra da Independência, foi constituinte (exilado, com os Andradas, quando a Assembleia foi dissolvida por D. Pedro I), deputado, ministro da Justiça e dos Negócios Estrangeiros, embaixador plenipotenciário em Londres, e uma das principais figuras no Senado do Império, recebendo o título de visconde de Jequitinhonha “com grandeza” (antes, no primeiro reinado, recusara o título de “barão da Cachoeira”) é uma boa introdução a um tema que aparece, em 1822, muitas vezes - sobretudo nos gritos lusitanos contra a Independência: a cor do povo brasileiro na época da separação de Portugal.

O próprio D. Pedro, ao relatar ao pai a sublevação da Divisão Auxiliadora lusitana, comandada pelo general Avilez, após o “Dia do Fico”, diz que “começaram os soldados da divisão auxiliadora a quebrarem as vidraças pelas ruas, quebrando, e apagando as luminárias com paus, e dizendo: *esta cabrada leva-se a pau*” (cf. “**Cartas de D. Pedro, príncipe regente do Brasil, a seu pai, D. João VI, rei de Portugal 1821-1822**”, Typ. Rothschild & cia, S. Paulo, 1916, carta de 23/01/1822, p. 57, grifo nosso).

“Cabra” era o termo pejorativo para os filhos de brancos com mulatas. A “cabrada”, referida pela soldadesca lusitana, era o povo brasileiro.

Porém, registram os historiadores - e sobretudo os autores que estavam presentes, no Rio de Janeiro dessa época - “a ‘cabrada’ não se atemorizou. ‘As tropas da terra, milícia e povo’ pegaram em armas na disposição de lutar. (...) Ao Campo de Santana, ponto de concentração da tropa brasileira, acorreram muitos paisanos, até padres e frades, armados ou pedindo armas. O morro do Castelo transformou-se no reduto português. Força contra força. Mas não houve combate. Avilez, na madrugada de 12, foi em pessoa ao paço propor o recolhimento às casernas das tropas de uma e outra facção e obteve do príncipe, segundo o visconde de Cairu, a resposta de que se as forças portuguesas lhe desobedecessem ‘poria a elas e a ele [Avilez] barra a fora’” (cf. Octávio Tarquínio de Sousa, op. cit., vol. 2, p. 352).

Maria Graham, que esteve no Campo de Santana, escreveu que, às quatro da manhã do dia 12 de janeiro, quatro mil pessoas se concentravam lá, para enfrentar a tropa portuguesa, “não somente prontos, mas ansiosos para a ação, e, ainda que deficientes quanto à disciplina, formidáveis pelo número e pela disposição. Os portugueses de modo algum esperavam tal prontidão e decisão” (M. Graham, “**Diário de uma viagem ao Brasil - e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823**”, trad. Américo Jacobina Lacombe, CEN, 1956, p. 203).

Por uma observação sobre o discurso de D. Pedro no Teatro de São João, na noite em que os portugueses começaram as depredações, pode-se tirar alguma conclusão do primeiro choque enfrentado pelas tropas de Avilez - isto é, quem resistiu primeiramente a elas. Diz Maria Graham que o então príncipe regente falou “que ele já havia dado ordens para reconduzir os soldados amotinados, que se haviam empenhado em briga com os negros, de volta a seus

quartéis” (p. 202).

Aliás, sobre o tema que nos ocupa, a senhora Graham é uma excelente fonte. Por exemplo, desembarcando em Pernambuco, durante a revolta de 1821 contra o capitão-general lusitano Luís do Rego, diz ela:

“Cerca de duas milhas adiante do último posto avançado das tropas de Luís do Rego, chegamos ao primeiro posto dos patriotas, em uma casa de campo numa encosta, com armas ensarilhadas à frente, e uma espécie de guarda esfarrapada, consistindo num negro de olhar alegre, com uma espingarda de caça, um brasileiro com um bacamarte, e dois ou três sujeitos de cor dúbia com cacetes, espadas, pistolas, etc., que nos disseram haver ali um oficial” (p. 126).

[NOTA: A autora, como outros naquela época, usa a palavra “brasileiro” como equivalente a “branco nascido no Brasil”. Embora, mesmo então, esse uso, que se refere a um país em mudança, não é fixo ou único.]

A descrição que ela faz de Pernambuco, por exemplo, é bastante, digamos, colorida:

“Fiquei impressionada com a grande preponderância da população negra. Pelo último censo a população de Pernambuco, incluindo Olinda, chegava a setenta mil, dos quais não mais de um terço era de brancos. Os demais são negros ou mulatos. Os mulatos, em geral, são mais ativos, mais industriais e mais espertos que qualquer das outras classes. Acumularam grandes fortunas em muitos casos, e estão longe de ficar para trás na campanha pela independência do Brasil” (p. 137).

Mais adiante, visitando uma fazenda próxima ao Rio de Janeiro, ela diz:

“Saí antes do almoço em companhia de um carpinteiro negro como guia. Este homem, de alguma instrução, aprendeu seu ofício de modo a ser não só um bom carpinteiro, mas também um razoável marceneiro. Em outros assuntos revela uma rapidez de percepção que não dá fundamento à pretendida inferioridade da inteligência negra. Fiquei muito grata às observações que ele fez sobre muitas coisas que achei novidades, e à perfeita compreensão que parecia ter de todos os trabalhos de campo.

“(…) Contou-me [o dono da fazenda] que os negros crioulos [isto é, nascidos no Brasil] e mulatos são muito superiores em diligência aos portugueses e brasileiros, os quais, por causas não difíceis de serem imaginadas, são, pela maior parte, indolentes e ignorantes. Os negros e mulatos têm fortes motivos para esforçar-se em todos os sentidos e serem, por consequência, bem sucedidos naquilo que empreendem. São os melhores artífices e artistas. A orquestra da ópera é composta, no mínimo, de um terço de mulatos. Toda pintura decorativa, obras de talha e embutidos são feitos por eles; enfim, excelem em todas as artes de engenho mecânico” (p. 220).

CONCEPÇÃO

Parece bem estabelecido que a população - evidentemente, a população não escrava - apresentava, já em 1822, um elevado componente mestiço.

O primeiro Censo geral realizado no Brasil, 50 anos após a Independência, registrou que “nada menos que 3.330.390 eram ‘pardos’, 919.801 eram ‘pretos’, 387.075 eram ‘caboclos’ e os brancos eram 3.778.101”. Além disso, havia 1.510.806



O baiano Francisco Jê Acaiaba de Montezuma, advogado, filósofo, jornalista, deputado, foi um importante defensor da Independência e da abolição

escravos - e os índios não foram contados nem estimados (cf. nosso trabalho “**A revolta dos escravos e o fim do Império**”, HP 12/08/2016 a 07/10/2016).

Portanto, os brancos eram minoria (45%) entre a população não escrava - e, evidentemente, mais ainda na população total do Brasil (38%).

Não sabemos, com precisão, como era a distribuição da população 50 anos antes - mas a tendência, que esses números apontam, era, seguramente, a mesma.

Esta realidade não podia deixar de aparecer no pensamento dos homens da Independência. O principal deles escreveu:

“Nós não reconhecemos diferenças nem distinções na família humana: como brasileiros serão tratados por nós o chinês e o lusitano, o egípcio e o haitiano, o adorador do sol e o de Mafoma” (cf. José Bonifácio, in Octávio Tarquínio de Sousa, “**O Pensamento Vivo de José Bonifácio**”, Liv. Martins, 1944, p. 115).

José Bonifácio várias vezes abordou a questão da mestiçagem do povo brasileiro em seus escritos. E seu pensamento nem sempre foi o mesmo, porém, há uma constante: a recusa à concepção de inferioridade dos não-brancos. Pelo contrário, para ele a vida social - e especialmente as leis, que são uma expressão da vida social - decide tudo. Por exemplo, ele escreve:

“... a mistura de branco e preto é mais ativa que a mistura de brancos e índios”

Porém, também escreve, sobre os índios, em uma nota, em parte, corroida pelo tempo:

“... homens sem capacidade, sem indústria, estúpidos e demais supersticiosos, mas as ideias de honra e as necessidades factícias os estimulam a trabalhar e adquirir: mudam e parecem outros homens, casam e geram filhos com mais capacidade e delicadeza que seus pais” (cit. em uma interessante dissertação acadêmica, que utilizamos bastante nesta parte de nosso trabalho: Letícia de Oliveira Raymundo, “**Legislar, amalgamar, civilizar: A mestiçagem em José Bonifácio de Andrada e Silva (1783-1823)**”, FFLCH/USP, 2011, p. 40).

A superioridade da mestiçagem sobre supostas raças puras

(isto é, os brancos europeus), numa época em que, apenas algumas décadas antes, nada menos que Voltaire, uma das principais luzes do Iluminismo, escrevera sobre a inferioridade dos negros - e José Bonifácio sabia disso, pois era leitor de Voltaire - é sua forma de reação: “a mistura de branco e preto é mais ativa que a mistura de brancos e índios”

Ou, maldizendo aqueles que “folgam ser padres, rábulas, escriturais, porque são modos de vida que não carecem de trabalho aturado, e de boa conduta - ser lavrador e negociante exigiria deles atividade e mais economia, que detestam”, diz: “*Os ofícios são para negros e mulatos, ou para os pobres de Portugal, que chegam de novo e ainda não estão afetos à preguiça e orgulho bestial*”.

Por fim:

“o mulato deve ser a raça mais ativa e empreendedora; pois reúne a vivacidade impetuosa e a robustez do negro com a mobilidade e sensibilidade do europeu”

UNIVERSAL

É muito interessante - ou seja, é muito importante - o resumo que a autora citada acima faz do pensamento de José Bonifácio sobre a questão étnica:

“Suas preocupações estiveram voltadas especificamente para a população do Brasil, onde aludir à ‘raça’ implicava, sobretudo, pensar em diferentes condições sociais. **Extrapolando a dimensão biológica**, Bonifácio entendeu a mestiçagem (referida em seus escritos como mistura ou *amalgamação*) como um instrumento civilizatório, capaz de transmitir hábitos e valores tidos como universais. (...) Suas propostas tiveram como foco principal as camadas da população vistas como ‘inferiores’, ou seja, índios, negros, mulatos, mestiços e brancos pobres. Por meio do contato cotidiano e dos casamentos mistos, José Bonifácio esperava torná-los mais ‘ativos’ e, paralelamente, promover sua inclusão social através do trabalho, suplantando a necessidade da mão-de-obra escrava e, ao mesmo tempo, propiciando a ‘homogeneidade’ social.

“**Apesar de favorecida pela mestiçagem, a quali-**

dade ‘ativa’ não era inata a uma ou a outra ‘raça’ (...). Além disso, no ideário andradino, a questão do ‘branqueamento’ não se fazia presente. Ali, a mistura da população não visava atingir determinado tom de pele. Tampouco a cultura era pensada em termos racializados. Ao eleger as virtudes que deveriam ser difundidas entre os habitantes do Brasil, Bonifácio não aludia a uma cultura ‘branca’, mas à cultura que, como dito, entendia ser universal” (Letícia de Oliveira Raymundo, op. cit., p. 160, grifos nossos).

REVOLTA

Nas Cortes de Lisboa - e, em geral, entre os adversários da Independência - a ideia de fundo (e, depois, martelada abertamente) era a suposta inferioridade do Brasil em relação a Portugal (por consequência, em relação aos países europeus). Esta era a justificativa para a recolonização do Brasil - e não podia ser outra.

Antonio Carlos de Andrada - já na Inglaterra, depois de sair de Portugal para não jurar a constituição lusitana - ao redigir o “Protesto dos Deputados Paulistas”, refere-se a esse mote da bancada lusitana, que, diz, as medidas das Cortes de Lisboa pretendiam tornar realidade (cf. Correio Braziliense, vol. XXIX, nº 174, p. 533; o “protesto” é datado de 20/10/1822).

Mas, onde se podia localizar tal inferioridade, se o Brasil era maior, mais populoso, no geral tornara-se mais desenvolvido que Portugal, e, inclusive, era a terra dos indivíduos de maior destaque no Reino?

Um trecho da obra clássica de nossa historiografia que examinou a participação dos brasileiros nas Cortes de Lisboa, publicada por Gomes de Carvalho em 1912, pode esclarecer bastante de que inferioridade se falava.

Ao responder a um discurso, aliás, bastante moderado, de um deputado brasileiro, o deputado português José Joaquim Ferreira de Moura, uma das principais figuras das Cortes e da Revolução do Porto - um dos cinco membros da Junta de governo que tomou o poder em 1820 -, ao defender o envio de tropas da metrópole para submeter o Brasil, falou



“com desdém da população do Brasil, inclinada à anarquia em consequência de a constituírem ‘negros, mulatos, brancos crioulos e brancos europeus’”.

E Moura continuou: “*A heterogeneidade destas castas põe paixões diversas em efervescência, e esta agitação não pode ser contida nos seus respectivos deveres senão pela força, e a força indígena não é capaz de os conter: é sim antes capaz de promover as mesmas desavenças porque se compõe dos mesmos elementos*” (cf. Manuel Emílio Gomes de Carvalho, “**Os Deputados Brasileiros nas Cortes Gerais de 1821**”, Edições do Senado Federal, 2003, pp. 226-227).

O comentário de Gomes de Carvalho é, até hoje, pertinente: “Era difícil a esse liberal ardente, que pregava sem cessar o direito dos povos de se governarem a seu gosto, conciliar a doutrina com a defesa de um ato que pressupunha o desconhecimento formal daquele direito. Esfalfou-se por isso em explicar que aprovava a expedição, não por ser ele contrário à independência, mas porque esta contrariava a opinião dominante em além-mar [ou seja, no Brasil].

“Podia-se-lhe responder que não havia necessidade de batalhões, e batalhões europeus, para reduzir semelhante minoria; mas Araújo Lima [o futuro marquês de Olinda] teve uma réplica fulminante. O respeito da vontade geral da América, ponderou, que persuadia o brilhante regenerador a impugnar a facção separatista, devia agora pô-lo ao lado dos brasileiros; porquanto se havia em além-mar um sentimento unânime e formulado com nitidez, era a aversão aos regimentos da metrópole. Deles todos se queixavam, Pernambuco e Rio repeliram-nos com as armas; e no entanto qual era a atitude do Moura? Promover e animar essas expedições” (M. E. Gomes de Carvalho, op. cit., 226-227).

Resaltemos outra vez: essa era a opinião de um “regenerador” português do grupo mais extremista - o que correspondia, no Brasil da época, a um “liberal exaltado”. Se a então “esquerda” lusitana assim pensava, não é difícil concluir o que pensava a “direita”.

Frequentemente os deputados portugueses levantaram o Haiti - não o Haiti real, mas a versão paranoica-europeia dos acontecimentos que, entre 1794 e 1804, levaram à vitória da primeira revolução de independência das Américas - como suposto exemplo do que aconteceria no Brasil, se fosse consumada a Independência. O que provocou a réplica de Antonio Carlos:

“... clamam uns nobres preopinantes, e tem-se neste recinto aturdido a todos com a repetição da mesma linguagem: é para guardar os brasileiros contra os negros que se lhes mandam os batalhões não pedidos, antes detestados. Assombrosa audácia! Terrível zombaria acrescentada à mais escandalosa opressão! Tão ignorantes nos acreditam que imaginam recebemos como obscúquo insultos e ofensas?! (...) Até quando há de continuar o vergonhoso comércio de falsidades e enganos, que pródigas entornam línguas de mel, ao mesmo tempo em que o coração está ensoado de mais refinado fel? Declare-se enfim a guerra abertamente: deputados haverá, e eu sou um deles, que preferirão a manejar inutilmente um imbele língua o lançar-se nas fileiras dos seus irmãos, e morrer nelas repulando a injusta agressão de qualquer parte que ela venha” (Sessão de 22 de julho de 1822).

Continua na próxima edição